

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

Wilian César da Silva Alves

A NARRATIVA DA VIOLÊNCIA NO JORNAL TRIBUNA DE MINAS:

Um estudo sobre o jornalismo de segurança pública no principal jornal de Juiz de Fora

Juiz de Fora

Março de 2016

Wilian César da Silva Alves

A NARRATIVA DA VIOLÊNCIA NO JORNAL TRIBUNA DE MINAS:

Um estudo sobre o jornalismo de segurança pública no principal jornal de Juiz de Fora

Monografia apresentada ao curso de
Comunicação Social – Jornalismo, da
Faculdade de Comunicação da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial
para obtenção do grau de bacharel.
Orientadora: Profa. Cláudia de Albuquerque
Thomé (FACOM/UFJF)

Juiz de Fora
Março de 2016

Wilian César da Silva Alves

A ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NO JORNAL TRIBUNA DE MINAS:

Um estudo sobre o jornalismo de segurança pública no principal jornal de Juiz de fora

Monografia apresentada ao curso de
Comunicação Social – Jornalismo da
Universidade Federal de Juiz de Fora como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel.

Aprovado (a) pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Cláudia de Albuquerque Thomé (FACOM/UFJF) - orientadora

Prof. Wedencley Alves Santana (FACOM/UFJF) – convidado

Prof. Ricardo Bedendo (FACOM/UFJF) - convidado

Conceito Obtido: _____.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20_____.

À Deus que sempre esteve presente nesta caminhada, me ajudando e sustentando com suas fortes e poderosas mãos.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria Helena da Silva, que sempre torceu, confiou e lutou pelo meu sucesso.

Ao meu pai Sebastião Gomes Alves, que me despertou o interesse pela informação.

Aos meus irmãos Carlos Enrique e Sabine pelo carinho familiar.

À minha orientadora Cláudia Thomé, pelo profissionalismo, dedicação e carinho empregado durante a realização deste trabalho.

Aos meus eternos amigos da “Patota Facom” pelas aventuras, emoções, risadas, e companheirismo durante o curso.

Aos professores Ricardo Bedendo e Wedencley Alves, pela gentileza de participarem da banca e todos ensinamentos repassados durante o curso.

Aos amigos do Sircom, pela amizade e companheirismo durante o período de estágio.

À Assessoria de Comunicação do 4º Departamento de Polícia Civil, pela atenção com este trabalho.

À Assessoria de Comunicação da PM, pela presteza em participar deste trabalho.

Às jornalistas Marise Baesso e Michele Meireles, pela boa vontade em contribuir com esta pesquisa.

“Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Todo o resto é publicidade”.

(George Orwell).

RESUMO

Este trabalho analisa a cobertura da violência no jornal Tribuna de Minas, principal jornal impresso da cidade de Juiz de Fora. A pesquisa foi elaborada com base no acompanhamento das capas de 100 edições do periódico, veiculadas entre os meses de abril e maio de 2014 e o mesmo período no ano de 2015. A análise busca conhecer como o veículo de comunicação agenda o tema da violência para os seus leitores, bem como os recursos de linguagem utilizados para a transmissão destas informações.

Palavras-chave: - Jornalismo policial. Segurança Pública. Criminalidade. Violência.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Manchete do Jornal TM do dia 27/05/2014.....	53
Figura 2: Manchete matéria especial sobre violência, TM 18/05/2015	54
Figura 3: Manchete do TM sobre latrocínio 14/04/2015.....	57
Figura 4: Manchete do TM 08/05/2014, Caso Luana.....	58
Figura 5: Manchete do TM insegurança no comércio 01/04/2014.....	78
Figura 6:Fotolegenda TM sobre homicídio 02/04/2014.....	79
Figura 7: Manchete TM sobre o uso de armas de fogo em homicídio 08/02/2014.....	80
Figura 8: Chamada sobre homicídio no jornal TM do dia 10/04/2014	81
Figura 9: Manchete TM sobre roubo com violência 10/04/2014	82
Figura 10: Fotolegenda TM sobre homicídio 06/05/2014.....	83
Figura 11: Manchete TM sobre homicídio, 13/05/2014.....	84
Figura 12: Fotolegenda sobre manifestação contra violência na TM 24/05/2015	85
Figura 13: Manchete de assalto na UFJF, TM 11/04/2015	86
Figura 14: Fotolegenda TM sobre homicídio 16/04/2015.....	87
Figura 15: Manhete TM, Caso Matheus Goldoni 24/04/2015	88
Figura 16: Chamada com foto sobre prisão de assaltantes, TM 18/04/2015.....	89
Figura 17: WhatsApp Polícia Civil com aviso de coletiva.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela de eventos de manchete	65
Tabela 2: Tabelas de eventos de manchete seca.....	65
Tabela 3: Tabela de eventos de chamada	66
Tabela 4: Tabela de eventos de fotografia.....	67
Tabela 5: Tabela de eventos de fotolegenda.....	67
Tabela 6: Tabela detalhada com relação da criminalidade noticiada em Abril de 2014.....	68
Tabela 7: Tabela detalhada com relação da criminalidade noticiada em maio de 2014	70
Tabela 8: Tabela detalhada com a relação da criminalidade noticiada em abril de 2015	73
Tabela 9: Tabela detalhada com a relação da criminalidade noticiada em maio de 2015.....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2 DO JORNALISMO POLICIAL AO JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA	Erro! Indicador não definido.
3 A COBERTURA DO CRIME EM JUIZ DE FORA.....	Erro! Indicador não definido.
3.1 MODO DE PRODUZIR SINOPSE	27
3.2 VALOR NOTÍCIA	31
4 TRIBUNA.....	35
4.1 HISTÓRICO.....	35
4.2 SEGURANÇA PÚBLICA OU POLICIAL?.....	39
5 ANÁLISES DAS CAPAS.....	44
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
7 REFERÊNCIAS	62
8 ANEXOS	65
9 APÊNDICES.....	91

1-INTRODUÇÃO

Este trabalho realiza um estudo sobre a cobertura da segurança pública em Juiz de Fora no jornal impresso Tribuna de Minas, entre os meses de abril e maio de 2014 e o mesmo bimestre de 2015. A pesquisa foi desenvolvida com base no acompanhamento das capas de todas as edições publicadas diariamente dentro do período estudado, totalizando 100 edições observadas.

O jornal Tribuna de Minas é o maior impresso de Juiz de Fora, tem circulação diária de terça a domingo, e realiza a cobertura de fatos locais e regionais. Por esta importância exercida na cidade, o veículo foi escolhido como objeto desta pesquisa. O tema aqui proposto se justifica pelos altos índices de criminalidade registrados na cidade nos últimos anos, sobretudo no que se refere às mortes violentas e casos de tentativas de homicídio cometidas com o emprego de arma de fogo.

Diante disso, buscamos conhecer de qual forma o periódico tem procurado agendar o tema violência entre seus leitores, e a narrativa empregada na transmissão destes acontecimentos. Para a condução desta pesquisa, realizada por meio de análise de conteúdo, levamos em consideração as teorias do Agendamento e do Gatekeeper, bem como os critérios de “valores-notícia”. A coleta de informações também se deu por meio de uma pesquisa documental realizada com base em relatórios, estatísticas, pesquisas e textos informativos de instituições públicas.

Com a análise de conteúdo, observamos os recursos de linguagem empregados pelo veículo, o grau de relevância atribuído aos acontecimentos de natureza violenta, e sua função social em estimular políticas públicas de segurança. Além destas observações, ainda foram realizadas entrevistas com profissionais do jornal Tribuna de Minas e assessores de comunicação das polícias Civil e Militar de Minas Gerais.

Este trabalho é dividido em quatro capítulos que abordam, respectivamente, a transição do jornalismo policial para o jornalismo de segurança pública, a cobertura do crime em Juiz de Fora, o jornal Tribuna de Minas e sua cobertura policial, além de uma análise realizada sobre as capas do periódico.

O primeiro capítulo traz a evolução do jornalismo policial para o jornalismo de segurança pública. Aqui, apresentamos o modelo de cobertura policial predominante na imprensa brasileira por volta da década de 60, onde os veículos de comunicação narravam a questão da criminalidade de forma espetacular, exaltando o trabalho da polícia e construindo

uma imagem mítica de criminosos, Neste momento, além do sensacionalismo e da cumplicidade entre jornalistas e policiais, havia também uma série de conflitos éticos, como o incentivo à execução sumária de transgressores, e até mesmo a divulgação de matérias inventadas. Situação que alguns anos depois seria modificada nas redações, perdendo espaço para uma cobertura mais crítica e especializada, pautada em análises sobre a violência, menos dependência de fontes policiais e demais avanços.

O segundo capítulo descreve as particularidades da cobertura policial em Juiz de Fora. Neste espaço, iniciamos apresentando o importante papel ocupado pela cidade no que se refere à questão de segurança pública na Zona da Mata. Em seguida, mostramos os veículos de comunicação que atuam na cidade, e apresentamos a relação das autoridades policiais com a imprensa. Além disso, o capítulo aborda a questão das Sinopses da Polícia Militar (resumo diário de ocorrências importantes enviado para as redações) e a comunicação da Polícia Civil com os jornalistas da cidade via aplicativo WhatsApp. Ainda falamos sobre os valores-notícia, bem como das teorias do Agendamento e Gatekeeper.

O terceiro capítulo faz uma apresentação do jornal Tribuna de Minas, objeto de estudo deste trabalho. Primeiro trazemos um histórico que aborda as características do periódico desde sua fundação até o momento atual. Depois mostramos como é o processo de produção da notícia no veículo, e ainda falamos do tratamento dispensado a questão da violência em suas páginas.

No capítulo final são realizadas as análises de conteúdo do jornal. Nesta parte apresentamos os resultados obtidos durante o estudo das 100 capas verificadas na pesquisa, onde foram observadas a quantidade de manchetes, chamadas, fotografias e fotolegendas relacionadas com a questão da criminalidade violenta no município e outras cidades.

2- DO JORNALISMO POLICIAL AO JORNALISMO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ao cumprirem o seu papel de selecionar e fornecer informações de interesse público, os veículos de comunicação raramente ignoram a questão da criminalidade ou violência. Não é de hoje que casos como roubos a mão armada, latrocínios, estupros, assassinatos, e demais atentados contra a segurança aparecem nos noticiários, sobretudo em jornais mais “sensacionalistas”, onde diariamente são explorados e atingem o status de manchete entre os demais temas apresentados.

Sobre este assunto, (ERBOLATO, 1981) explica que grande parte da imprensa brasileira tem o costume de usar o fato policial como um “atrativo para o público leitor”, e lembra que isso acontece até mesmo quando o crime é praticado longe dos grandes centros urbanos: “Ainda que um esfaqueamento ocorra em um simples casebre, ou em favela distante, sempre há jornais que a ele se referem, inclusive com ilustrações que mostram o local, além do homicida e da vítima”. (ERBOLATO, 1981, p.53)

Ao longo dos anos, este tipo de conteúdo tem suscitado uma série de discussões entre os pesquisadores da Comunicação. Alguns defendem a tese de que, com a supervalorização do modelo de notícia aqui tratado, os veículos promovem a exploração da tragédia e ignoram valores éticos. Outros argumentam que, se os fatos acontecem e há o valor notícia, a imprensa não deve se privar de mostrá-los, ainda que o tema cause incômodos. Outra corrente, porém, acusa a mídia de funcionar como escola formadora de novos delinquentes, quando optam por mostrar delitos com riqueza de detalhes ou acabam conferindo status aos criminosos com a repercussão exagerada dos casos.

A respeito desta última questão, Luiz Ferri de Barros (2003, p.24) aponta a existência do seguinte círculo vicioso de criminalidade criado pelos órgãos de informação: “crimes/notícias sobre crimes/novos crimes”. Para o autor, “o sensacionalismo estimula a violência em virtude da banalização a que os fenômenos da criminalidade são submetidos e porque eleva ao estrelato os criminosos, que se veem como figuras públicas de grande projeção e destaque”. (BARROS, 2003, p.24) Barros ainda defende que a imprensa deveria adotar com a violência o mesmo tratamento dispensado aos casos de suicídio, que na maior parte das vezes não são divulgados, evitando que novas pessoas sejam induzidas a esta prática.

Notícias de suicídio raramente são divulgadas pela mídia, salvo em casos excepcionais, porque existe um consenso entre os jornalistas a respeito de que tais notícias podem eventualmente induzir outras pessoas a cometerem o suicídio. Essa simples norma ética, consuetudinariamente estabelecida, é demonstração suficiente de que, a despeito de proselitismo em contrário, os jornalistas concordam que a mídia tem o poder de induzir comportamentos indesejáveis, independentemente da forma em que os fatos são relatados... (BARROS, 2003, p.25)

Devido à grande audiência conquistada entre um público leitor pertencente às classes econômicas mais baixas, o conteúdo de jornais tidos por “sensacionalistas” também se tornou conhecido como “jornalismo popular”. No caso dos impressos, expressão passou a ser utilizada para fazer uma diferenciação entre o “jornal sensacional” e veículos mais conservadores, que abrangem uma maior variedade de temas e geralmente são direcionados para leitores com grau de escolaridade e poder econômico elevados.

Segundo Erbolato (1981, p. 52) a imprensa popular normalmente se sustenta sobre o tripé “sexo, esporte e crime”, no qual se tornou especialista para atender aos anseios da classe B, C e D. Por outro lado, o autor explica que nos jornais matutinos tradicionais só aparecem os assuntos policiais “mais importantes” englobados em seção, que podem receber mais destaque de acordo com a gravidade dos acontecimentos.

Entre os críticos de mídia, há grandes divergências quanto à qualidade do “conteúdo sensacionalista” de um jornal popular. Da mesma forma em que alguns cobram maior profundidade nas notícias, ou retirada de conteúdos violentos e com teor sexual, outros são enfáticos ao dizer que, assim como ocorre nos veículos mais tradicionais, este modelo só existe porque há um público que o mantém de pé.

De certo modo, este último grupo não deixa de ter razão ao justificar um dos principais motivos para a existência do formato noticioso apresentado. Segundo Josenildo Luiz Guerra, os recursos de linguagem de todos os órgãos de imprensa são elaborados de acordo com as preferências do público que pretendem atingir:

Toda organização visa um grupo pretendido de clientes. No caso das organizações jornalísticas, uma audiência: o grupo real e potencial de pessoas interessadas nos seus produtos. Nesse ponto se apresenta um desafio fundamental para as organizações: as especificações do produto precisam simultaneamente ser compatíveis com as expectativas da audiência e com as especificações do processo, pois só assim as organizações poderão produzir o produto que pretendem e obter da audiência a atenção buscada. (GUERRA, 2010, p.154)

Neste aspecto, Márcia Franz Amaral (2006) mostra que os jornais populares também adaptam suas pautas aos anseios de seus leitores. Dentro da realidade vivida por seu público alvo, cada assunto é agendado de acordo com o sentido que as matérias ali representam.

O ponto de vista das temáticas abordadas pelos jornais populares é outro porque o lugar econômico, social e cultural do leitor é diferente do lugar do leitor dos jornais de referência. O leitor das classes C e D vive com menor renda, tem baixa escolaridade, tem mais dificuldade de entrar no mercado de trabalho, depende do sistema público de educação e atendimento à saúde e não tem acesso à maioria das programações culturais. Assim, o engarrafamento é coberto do ponto de vista do passageiro de ônibus, a greve é noticiada pelos prejuízos que traz à população e o aumento da gasolina interessa pelo possível aumento das passagens. (AMARAL, 2006, p. 3)

Conhecer esta segmentação dos “produtos“ oferecidos pelas empresas de comunicação é um passo importante para compreender o comportamento adotado por elas frente ao seu “grupo de clientes”. Por meio de levantamentos encomendados de tempos em tempos aos institutos de pesquisa, os veículos de comunicação procuram moldar sua linha editorial. Ao explicar o tratamento do tema violência no jornal Tribuna de Minas, em entrevista para esta pesquisa, a editora Marise Baesso ressalta que o assunto não está entre as preferências de conteúdo do veículo, vindo a aparecer em suas páginas somente em ocasiões em que o tema demande maior atenção:

A Tribuna é um jornal que a gente chama de “quality paper”, que é um jornal referência. A gente não é um jornal popular que tem no seu tripé o futebol, o lazer e a violência ou a criminalidade. A violência não é um tripé do quality paper, a não ser que ela incomode e que a gente faça matérias mais analíticas e profundas, que é o caminho que a gente tá criando nesta área da criminalidade. Só quando são fatos mais relevantes é que eles vão para o jornal. (BAESSO, 2016)

Marialva Barbosa e Ana Lúcia Silva Enne (2005) fazem uma crítica a esta proposta de diferenciação do jornalismo entre popular e tradicional. Segundo as autoras, esta divisão estaria envolta em preconceitos que subestima as preferências dos indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas e valorizam os gostos daqueles de classes sociais mais elevadas.

Ao colocar em lados distintos duas tipologias de notícia, uma cujo o conteúdo interpela o gosto popular-com apelo ao extraordinário, àquilo que foge ao comum, que se aproxima do inominável, o sensacional- e outra cujo o primado seria a objetividade e a “seriedade”, estaríamos definindo um lugar para o gosto popular e um outro cujo o gosto não é determinado pelos mesmos cânones culturais. Estaríamos reproduzindo uma dicotomia que revela valores preconceituosos. (BARBOSA, ENNE, 2005 p.21)

Amaral (2006, p.15) defende que há espaço para o jornalismo de qualidade nos jornais populares. Segundo a pesquisadora, para que isso aconteça é preciso que as publicações considerem “que seu leitor também é sujeito de um discurso sobre o que ocorre na sociedade, e porta características sociais e culturais específicas”. Por este motivo, a autora recomenda que o veículo fale de “um lugar diferente, sem abrir mão dos princípios éticos do bom jornalismo.”. Amaral também destaca a capacidade de intermediação que alguns destes periódicos conseguem exercer entre o poder público e as comunidades.

Este tipo de imprensa muitas vezes amplifica a fala dos setores populares e coloca o leitor popular, normalmente situado na periferia do direito à fala, no centro do jornal. A existência social é devolvida a pessoas que em outros jornais são reduzidas a problemas sociais ou problemas de polícia. (AMARAL, 2006, p.12)

Ainda segundo Amaral (2006, p.15), mesmo apresentando “outra perspectiva” sobre fatos noticiáveis, é importante que o jornalismo popular sempre esteja empenhado em buscar “as causas dos problemas”, buscando a ampliação dos debates sobre políticas públicas de forma mais aprofundada.

No entanto, no Brasil, o local do jornalismo “popular” e do “tradicional” é bem demarcado pelas empresas de comunicação. Há diversos casos em que um grupo de imprensa mantém duas publicações em circulação, visando atender públicos de leitores diferenciados. Em Minas, por exemplo, o Jornal “Super Notícias” circula como uma linha popular do “O Tempo”, enquanto o “Jornal Aqui” é oferecido como um segundo produto do periódico “Estado de Minas”. Este mesmo procedimento também pode ser visto em outros estados, como Rio de Janeiro ou São Paulo.

A antiga atração da imprensa e interesse do público pela cobertura de assuntos relacionados ao meio policial foi responsável pelo surgimento da editoria e dos repórteres de polícia em diversos veículos de comunicação do país, que se dedicaram justamente em manter os leitores a par daquilo que chegasse ao expediente das delegacias e pudesse despertar interesses. Situação esta, que entre as décadas de 50 e 60 favorecia uma cobertura questionável e conflituosa para os atuais padrões éticos de jornalismo.

Nesta época, se estabeleceu um formato de noticiário onde determinados criminosos ganhariam fama e respeito ao terem seus apelidos e ações destacadas até mesmo de forma fantasiosa nas matérias veiculadas. Da mesma forma, o trabalho da polícia tornou-se alvo de constante glamourização, ainda que nas declarações de seus representantes a morte fosse a única resposta prometida aos delinquentes.

Este cenário é descrito pelo jornalista Fernando Molica em seu texto “Entre Nomes e Números”, onde explica que naquele momento a mídia ignorava a existência dos inúmeros fatores que envolvem a violência, preferindo tratar as ações criminosas como práticas isoladas causada por “elementos anti-sociais”, capazes de “comprometer a sinfonia do progresso e da harmonia social”.

Os criminosos mais comuns eram aqueles inadaptados, homens que se escondiam em favelas, que assaltavam padarias, que andavam armados, que fumavam maconha, que invadiam casas alheias. Nos jornais o crime não era visto como um processo, mas como algo localizado, personificado. Essa lógica permitia certo revezamento no sempre útil papel de inimigo público número um. Não bastava revelar o nome desses inimigos, era preciso adjetivá-los, frisar o quanto eram perigosos. (MOLICA, 2007, p.27)

Neste contexto, os jornais se colocavam ao lado da polícia para incentivarem que os malfeitores fossem tratados sem qualquer garantia de direitos. A necessidade de captura e condução à prisão para um posterior julgamento era desprezada, ao mesmo instante em que a morte de criminosos passou a ser motivo de comemoração dignas de manchetes, sendo narrada com expressões que buscavam apontar a vitória do bem contra o mal.

Outra característica bastante comum para a cobertura de assuntos policiais realizada pelos periódicos naquele momento foi o uso de linguagem apelativa, com a exibição de fotografias explícitas de cadáveres. De acordo com o depoimento do jornalista Luarlindo Ernesto Silva, por exigência dos veículos de comunicação, o repórter policial tinha a obrigação de alimentar as páginas com este tipo de imagem.

(...) era proibido voltar para a redação sem o ‘boneco’. O boneco da vítima, a foto. Se voltasse sem o boneco, era melhor nem voltar. Se não tivesse a foto do rosto do morto, tinha que ter imaginação para pegar a foto com a família, do álbum de casamento, da parede de casa, de onde fosse. E às vezes tinha que mentir, dizer para a família que isso ia ajudar na investigação. (SILVA, 2007, p. 16)

Segundo Luarlindo (2007, p.16), também não eram raras as situações de conflitos éticos e casos criados com o objetivo de tornar as matérias mais atraentes ao público. Entre estes, um dos mais conhecidos é a história de um assassino justiceiro denominado “Mão Branca”, que na verdade nunca existiu. “Os repórteres encontravam um cadáver e colocavam uma cartolina com a frase: Esse não mata mais.” Essas matérias eram veiculadas nos jornais, induzindo os leitores a acreditarem que se tratavam de acontecimentos verdadeiros

Fernando Molica (2007, p.29) aponta que este formato de jornalismo só começaria a tomar rumos diferentes após o crescente processo de urbanização e a instalação da ditadura militar no País, onde novos tipos de conflitos violentos foram entrando em cena, impulsionando publicações que iam na contramão da narrativa oferecida pelos jornais populares, ao tentar ver o crime de “uma forma mais contextualizada”, com enfoque para suas “raízes sociais”.

Ramos e Paiva mostram que, diante deste cenário, o formato “espreme que sai sangue” aos poucos foi deixando de ser prioridade nas redações, dando espaço para um conteúdo com matérias e demais recursos de linguagens mais responsáveis:

A primeira mudança que chama atenção dos que analisam a cobertura de violência e criminalidade é a diminuição do uso, pela maioria dos jornais e mesmo das emissoras de TV, de recursos sensacionalistas e noções apelativas. Os principais jornais deixaram de utilizar fotos explícitas, e mesmo os mais populares evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite direitos para combater o crime. (RAMOS e PAIVA, 2007. p.15)

Apesar de evitarem esta recomendação explícita da eliminação de indivíduos apontados como ameaça para a sociedade, ainda é possível encontrar um discurso velado de apoio a este tipo de ação repressiva em alguns noticiários da imprensa brasileira.

Ao comentar o elevado número de pessoas mortas pela PM de São Paulo entre o primeiro semestre de 2013 e o mesmo período de 2014, o diretor da Anistia Internacional no Brasil, Atila Roque, mostra que parte da mídia hegemônica acaba incentivando que as forças policiais executem os membros da “classe perigosa”, nesta visão, geralmente composta por jovens negros e moradores da periferia. Este comportamento da imprensa acabaria gerando um sentimento de aceitação por parte do público em relação às mortes noticiadas como “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte”, onde os indivíduos supostamente teriam morrido “em confronto com a polícia”.

Podemos acrescentar a isso uma naturalização da violência que resulta em um grau alto de aceitação por parte da sociedade – alimentada por uma grande indiferença da grande mídia sobre as circunstâncias em que essas mortes ocorrem – que acaba por considerar o que deveria ser percebido como um escândalo nacional, como um fato inevitável da luta contra o crime. Sem uma mudança de fundo na doutrina da segurança pública e na estrutura militarizada das polícias, juntamente com um compromisso efetivo das altas autoridades do estado, a começar pelo governador, com um policiamento voltado para a garantia do direito à segurança pública de todas as pessoas, independente da classe social, local de moradia ou cor da pele, continuaremos a conviver no Brasil e em São Paulo com a triste realidade de ter uma das polícias que mais mata e morre no mundo. (ROQUE, 2014)

Esta indiferença da mídia sobre as circunstâncias dos “autos de resistência” também estimula que os crimes praticados pela polícia contra “supostos criminosos” terminem sem a devida investigação. Em uma entrevista concedida à revista Caros Amigos, o desembargador da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio, Sérgio de Souza Verani explica que grande parte destas mortes fica impune, sem a condenação de policiais envolvidos:

É uma morte, na verdade seria um homicídio qualificado, que exige um processo para apurar a autoria, mas nada. Não há o processo. A lei aqui não se aplica, não funciona. (...) É porque a execução é evidente. Com dez tiros nas costas, como é que pode esta vítima estar se defendendo? Eu enxergo uma política de extermínio. Mais recrudescido neste século 21, como consequência do próprio sistema político baseado no capital. Quando é que aparece o estado? Só aparece na repressão. (...) Tem toda a questão da mídia também, quando diz: “Dez traficantes foram mortos” Já com estudante é diferente. Pra quem lê o jornal também. As pessoas não ficam muito horrorizadas se dez traficantes são mortos. (VERANI, 2009, p. 31)

Esta prática da Justiça acabou legitimando a criação de grupos de extermínios mantidos pelo próprio estado, bem como contribuiu para o surgimento das chamadas “milícias”, também formada por policiais.

Da mesma forma em que geralmente não dedica atenção aos crimes cometidos pela polícia contra os moradores de áreas periféricas, parte da imprensa vê com normalidade os eventos de violência que emergem nestas localidades. Partindo do princípio de que toda morte ocorrida naquele ambiente teria algum tipo de ligação com o envolvimento da vítima em alguma modalidade criminosa, muitos veículos acabam fomentando o discurso de “criminalização da pobreza”.

De acordo com Wedencley Alves Santana (2007), a partir do momento em que o tráfico de drogas passou a ser associado como “poder-paralelo”, este preconceito se acentua ainda mais, instituindo uma guerra entre o “poder” oficial do asfalto e o “poder paralelo” dos morros e favelas. Santana (2007, p.143) explica que o fato de “estar sobre a “jurisdição do poder paralelo”, jogava aquele morador contra toda a cidade.”.

Jailson Souza e Silva (2007, p.96) também chama atenção para este “discurso da carência”, segundo o pesquisador, esta visão estereotipada “não permite reconhecer os espaços populares como espaços de cidadãos dignos, mas os qualificam como o lugar de potenciais criminosos, em especial os jovens.”. Silva ainda lembra que o envolvimento de indivíduos ricos na criminalidade costuma receber um tratamento diferenciado na mídia;

Essa visão criminalizante se apresenta de variadas formas: quando um criminoso de classe média é apanhado, é costume da imprensa publicar reportagens questionando que circunstâncias o levaram ao crime. Em relação a um criminoso pobre, isso nunca é feito, embora percentualmente, o número de criminosos nesse setor da população seja tão pequeno como nos outros. Quem já viu a matéria lembrando a família honesta de algum famoso traficante? Eu, nunca. No entanto, conheço muitos casos assim. (SILVA, 2007, 95- 96)

Mesmo se manifestando de forma menos explícita do que nas décadas de 50, o comportamento preconceituoso de parte da imprensa hegemônica frente aos indivíduos de

classes sociais mais baixas e seus ambientes de moradia ainda precisa ser mudado para uma cobertura pautada na defesa dos Direitos Humanos.

Logo no início dos anos 80, a imprensa começaria a perceber e noticiar certa especialização por parte dos criminosos. A figura daquele bandido que agia de forma solitária foi perdendo espaço para quadrilhas cada vez mais ousadas e organizadas. Do mesmo modo, o envolvimento de policiais em esquema de corrupção começou a ganhar destaque nos noticiários, desfazendo aquela separação bem definida entre polícia e bandido, até então sustentada pela mídia. Esse crescimento da violência nos grandes centros urbanos acabaria por despertar a atenção da área acadêmica, que se dedicou a estudar o problema.

Esta especialização de estudiosos em conhecimentos relacionados com a segurança também acabou impulsionando os jornais a buscarem respostas para eventos criminosos além das fontes policiais, introduzindo pautas de segurança pública em suas páginas. Tentando mostrar ao leitor os diversos fatores que estavam por de trás dos crimes, os jornalistas passaram a dar voz aos sociólogos, psicanalistas, e demais profissionais que se dedicavam a pesquisar o problema.

Para Ramos e Paiva (2007, p.20), este comportamento dos veículos de comunicação se acentua ainda mais a partir da segunda metade dos anos 90, impulsionado pela “escalada das estatísticas de homicídios, o aumento do número de vítimas entre as classes média e alta e a chegada de especialistas a cargos de gestão em secretarias de segurança”. Neste momento, até mesmo o Estado percebeu a necessidade de enfrentar o crime com estratégias de inteligência, ao invés de se prender apenas ao tradicional combate que vinha realizando anteriormente.

Desta forma, as matérias levadas ao público foram adquirindo características de reportagens mais completas. Além de variadas fontes como suporte especializado, os jornais também passaram a buscar estatísticas, e começaram a investir em gráficos explicativos, entre outros recursos que pudessem auxiliar seus leitores na compreensão dos fatos. O pesquisador Ricardo Bedendo chama a atenção para a complexidade do tratamento das informações na cobertura dos assuntos relacionados à segurança pública. O autor mostra que a abordagem dos temas carece de uma apuração rigorosa, amparada em diversos recursos que irão garantir um jornalismo responsável:

Portanto, a origem da informação na segurança pública pode até se situar em uma única fonte (pessoa ou documento, por exemplo), mas o trabalho de construção da narrativa e de transmissão responsável dos fatos vai nos exigir o contato com muitas

outras pessoas, instituições e bancos de dados, bem como diferentes contextos da vida cotidiana. (BEDENDO, 2013, p.165)

Bedendo (2013, p.184) ainda defende que “mais do que em qualquer outra área, a pauta e a reportagem ganham força e sentido social a partir do momento no qual retratam a demanda das comunidades, dos indivíduos”. Neste contexto, o pesquisador sugere que os jornalistas e os veículos de comunicação estejam em constante contato com a sociedade para identificar seus anseios, promovendo uma cobertura que vá além da visão oferecida pelas autoridades policiais.

Njaine e Vivarta (2006, p.73) também reconhecem a mídia como “instrumento de controle social” com capacidade para modificação de cenários de segurança. Os autores defendem que “além de influenciar comportamentos, os meios de comunicação contribuem concretamente para a construção de políticas públicas, na medida em que agenda debates na sociedade e, conseqüentemente, nas instâncias governamentais”. Com base no que é veiculado pela imprensa, as autoridades podem traçar ações repressivas ou preventivas.

Esta interferência positiva da imprensa na segurança pública é igualmente observada por Claudio Beato (2007, p. 34) que aponta inconsistências existentes nas estatísticas geridas por órgãos governamentais: “É quadro recorrente governantes, gestores e policy makers não disporem na área de segurança de instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação das atividades empreendidas. Base de dados e sistemas de informação são precários ...”. Beato (2007, p.34) ainda aponta que o “... o que gera a notícia pauta a agenda de prioridades de nossos governantes”, estimulando a tomada de decisões na sociedade.

A “precariedade” de estatísticas sobre segurança pública nos órgãos competentes, citada por Beato, motivou a implantação de um banco de dados próprio na redação do jornal juiz-forano Tribuna de Minas. Segundo a editora do periódico, todos os dias uma jornalista do veículo acompanha e atualiza os números referentes à criminalidade do município:

A gente sempre percebeu que as instituições ligadas às áreas de segurança pública de Juiz de Fora não tinham dados próprios. Toda vez que a gente pedia um dado, principalmente de um dia para o outro, não conseguíamos. Depois a gente começou a perceber, principalmente no caso da morte, que foi mais gritante, que as estatísticas vinham com números reduzidos. Então a repórter Sandra Zanella começou a ficar responsável por esta estatística no jornal. Inclusive é esta estatística que alimenta as informações do laboratório da Universidade Federal de Juiz de Fora. A Sandra acompanha não só as mortes que acontecem imediatamente, mas o estado de saúde das pessoas que são esfaqueadas e levam tiros, ou estão nos hospitais. (BAESSO, 2016)

Porém, mesmo apresentando significativas melhoras em relação ao antigo modelo de “jornalismo policial”, e sendo reconhecido como agente de transformação social, o jornalismo de “segurança pública” praticado no Brasil também se tornou alvo de constantes críticas. Entre os problemas apontados estão a falta de qualidade no material jornalístico divulgado na imprensa ou o comportamento assumido por determinados veículos de comunicação frente a importantes questões da área de segurança,

O antropólogo Luiz Eduardo Soares (2010) critica a postura da mídia de oferecer “atenção à segurança nas crises agudas e nenhum investimento reflexivo e informativo realmente denso e consistente, na entressafra, isto é, nos intervalos entre as crises”. Para o autor, somente nestes momentos não há como transmitir um “entendimento mais amplo e profundo” da situação, pois uma insistência em apontar soluções poderia promover a reprodução do “senso comum pleno de preconceitos” ou a discussão baseada em “especulações” geradas na matéria.

Como fazê-lo em alguns poucos minutos, entrecortados por intervenções de locutores e debatedores? Como fazê-lo no contexto em que todo pensamento analítico é editado, truncado, espremido - em uma palavra, banido-, para que reinem, incontestáveis, a exaltação passional das emergências, as imagens espetaculares, os dramas individuais e a retórica paradoxalmente triunfalista do discurso oficial? (SOARES, 2010)

Para Njaine e Vivarta, outro problema levantado é a “velha prática de tratar o fenômeno a partir do fato violento em si, desconsiderando as causas e o contexto.” Na visão dos pesquisadores há uma “carência de melhor qualificação dos repórteres envolvidos – um problema bastante relacionado à falta de espaço para reflexão nas Faculdades de comunicação”.(NJAIN E VIVARTA, 2006, p.74)

Com esta mesma visão o pesquisador Jorge Claudio Ribeiro atenta para os riscos de uma abordagem descompromissada com um trabalho de investigação mais profundo. Ele sugere mudanças no tratamento das informações em nome da qualidade da notícia:

Quando se aproxima demais da emoção, a imprensa se transforma num mero show de notícias, preocupado com o consumo dos efeitos e não com a apuração das causas. Carente de uma referência teórica, oscila entre a euforia e a depressão, entre o catastrofismo e o sensacionalismo. Quando se aproxima do polo da razão, investigando as causas dos fatos, o jornalismo amplia a própria qualidade. (RIBEIRO, 1994, p.10)

Ainda sobre este assunto, Bedendo (2013, p. 182) aponta que os jornalistas e as empresas de comunicação necessitam “quebrar o paradigma de que a notícia só tem origem no factual e na tragédia humana”. Bedendo ainda explica que é preciso percepção por parte

do profissional para mesclar depoimentos de comunidade com informações institucionais, a fim de compreender situações como, por exemplo, a da necessidade de implantação de um projeto social em uma área de criminalidade. Fato este que poderia gerar um gancho para uma pauta de segurança pública por meio de uma ótica diferenciada.

Envolvido nessa dinâmica, o jornalista vai começar a perceber como a redução dos elevados índices de homicídios numa área da cidade não vai ocorrer somente com esforço policial. Ele aguça a sua sensibilidade crítica e rapidamente volta as suas atenções para a necessidade de ações conjuntas entre outras instâncias e do poder público, como a prefeitura e o judiciário. (BEDENDO, 2013, p.183)

Dentro deste contexto, Njaine e Vivarta (2006, p.74) também destacam que o jornalismo de segurança pública tem sua qualidade ameaçada principalmente nas redações que ainda preservam a figura do repórter policial ou das editorias de polícia. Segundo os pesquisadores, neste caso “esses profissionais dependem muito de fontes policiais. já que consideram central para o seu trabalho os furos de reportagem”. Este relacionamento prejudicaria uma apuração mais independente.

Outro ponto de questionamento apontado por Soares (2010) é o uso de declarações de fontes especializadas resumidas entre “aspas” para legitimação de reportagens que tentam fornecer explicações e soluções imediatas para a questão da segurança pública. Ele defende que “esse código jornalístico, com as exceções de praxe, não funciona quando tema tratado é complexo, pouco conhecido e, por sua natureza, rebelde ao modelo de explicação corrente”.

Nesta mesma linha, Luiz Costa Pereira Junior (2006) chama atenção para o fato dos jornalistas tentarem entender o mundo por meio de “intermediários”, situação que contribui para uma abordagem incapaz de criar discussões sólidas e sensatas dos assuntos levados até a população:

Nesses casos o jornalista faz suas confirmações a partir de consultas a notórios, nem sempre obtendo informações necessariamente consistentes. Há mesmo as vezes em que obtém meras suspeitas, especulações, pontos de vista, que, repassados ao público após tratamento da edição, conquistam a clareza cristalina das verdades testadas. (JUNIOR, 2006, p.93)

Júnior (2006) ainda recorre a uma citação de Cremilda Medina para exemplificar o quanto os efeitos desta abordagem sustentada por afirmações de suportes especializados podem ser danosos para a comunicação. A pesquisadora mostra que o profissional da imprensa que sustenta seu trabalho apenas em declarações de especialistas não toma conhecimento com personagens da sociedade que poderiam trazer um olhar humanizado para

as reportagens, apontando olhares diferenciados para questões geralmente tratadas a partir do senso comum:

A cobertura, atrelada a declarações, perde em observação participante, instrumento decisivo para resgatar as cenas vivas. Histórias humanas que formam a rede de significações cotidianas dão lugar a conceitos e juízo de valor nas falas entre aspas.- diz Cremilda Medina (MEDINA apud JÚNIOR, 2006, p.94)

Entre as diversas situações de conflitos já mencionadas, Soares (2010) ainda chama atenção para a “polaridade” criada pela imprensa ao discutir o problema da segurança agendando a situação do combate à criminalidade como uma luta entre o bem e o mal, onde no primeiro lado está a polícia e, no segundo, os bandidos. Exemplificando com a situação específica do Rio de Janeiro, ele mostra que este discurso sustentado pela mídia acaba escondendo a questão da corrupção policial, um dos principais pilares de sustentação do tráfico armado e milícias. Esta separação é uma característica marcante da cobertura realizada entre os anos 50 e 60, já citada neste capítulo.

Mesmo com uma série de situações conflitantes a serem corrigidas na cobertura de segurança pública brasileira, Njaine e Vivarta (2006, p.73) reconhecem que alguns veículos de comunicação conseguem realizar um trabalho diferenciado, capaz de trazer retornos positivos para a sociedade. Sobre isso, os autores escrevem que “apesar de as mídias comerciais, que monopolizam a comunicação no país, geralmente cobrirem o tema violência de forma sensacionalista, há exceções que buscam as raízes dos problemas e as possíveis soluções, ampliando e subsidiando o debate”.

Com base nas questões aqui levantadas, iremos analisar a cobertura da segurança pública na cidade de Juiz de Fora, por meio do Jornal Tribuna de Minas. Nosso objetivo é conhecer o tratamento oferecido às matérias veiculadas no periódico, revelando suas principais características.

3- A COBERTURA DO CRIME EM JUIZ DE FORA

Juiz de Fora está situada na mesorregião da Zona da Mata mineira, formada por 142 municípios, e localizada na divisa com os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, numa área de 35.747,729 km². O município tem cerca de 500 mil habitantes, sendo considerado o principal polo regional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A cidade sedia a 4^a Região Integrada de Segurança Pública (Risp), inaugurada pelo Governo do Estado em 2010 como proposta de organização estratégica entre os comandos locais das polícias Militar e Civil, além do Corpo de Bombeiros Militar. União originada na metodologia de Integração e Gestão de Segurança Pública (IGESP), implantada pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS), como forma de estabelecer ações conjuntas das polícias para combater a criminalidade.

Devido a esta importante posição no que se refere à tomada de decisões nos assuntos de segurança pública da região, e a presença de diferentes veículos de comunicação dedicados à cobertura de informes locais, a cidade nos permite analisar o comportamento de sua imprensa no que diz respeito ao processo de apuração de notícias relacionadas com a criminalidade junto às assessorias de comunicação das instituições policiais e ambientes de violência no município.

Entre as principais empresas de comunicação que dedicam espaço diário para notícias em Juiz de Fora estão: Grupo Solar (Rádio CBN Juiz de Fora e Jornal Tribuna de Minas), Grupo Sircom (TVE, Rádio Globo Juiz de Fora, Diário Regional), Rede Integração (TV integração e Portal G1), TV Alterosa, Rádio Itatiaia e Portal Acessa. Cabe ressaltar que a maior parte destes veículos não se dedica exclusivamente ao conteúdo noticioso, sobretudo no que se refere ao tema aqui abordado.

Diversos são os conflitos que demandam a presença de autoridades policiais na sociedade, e assim como em qualquer outra editoria do jornalismo, as fontes são de extrema importância na cobertura de pautas relacionadas com a segurança pública. A respeito disso, Mário Erbolato escreve que a origem da informação nesta área pode estar em diferentes pessoas de alguma forma envolvidas com os acontecimentos:

Os informes sobre os fatos policiais são obtidos em várias fontes. Nas delegacias de polícia, os repórteres anotam o que há nos livros de registro e procuram entrevistar os delegados, investigadores, legistas e demais pessoas que estejam participando do inquérito. Vítimas poderão ser ouvidas nos hospitais se seu estado de saúde o permitir. (ERBOLATO, 1981,p 56)

Em Juiz de Fora, a relação da imprensa com as autoridades policiais é intermediada por assessorias. O contato com as ações da Polícia Civil¹ geralmente se dá por meio da convocação de coletivas, muitas vezes anunciadas em um grupo da instituição no Aplicativo WhatsApp. A Polícia Militar, por sua vez, tem o costume de enviar uma seleção de ocorrências com temas relevantes para o e-mail dos jornalistas, denominadas sinopses.

Nas coletivas de imprensa realizadas pela Polícia Civil, as informações geralmente são repassadas pelos delegados, nas delegacias da qual fazem parte. O recurso é utilizado pelo órgão para apresentar resultado de operações, andamento de inquéritos, apresentação de suspeitos, ou divulgação de assuntos institucionais como, por exemplo, a substituição de um delegado titular e abertura de uma delegacia especializada.

Em entrevista para esta pesquisa, a assessora de comunicação da Polícia Civil em Juiz de Fora, Glaciane Fernandes Vitorino, explica que além de se valer dos tradicionais métodos de comunicação com a imprensa local, o órgão sempre procura aprimorar o trabalho com o uso de novos dispositivos que facilitem este contato:

Utilizamos releases, telefonemas, blog e o aplicativo WhatsApp para manter contato com os veículos de comunicação. É necessário destacar que sempre buscaremos o aperfeiçoamento – seguindo as diretrizes institucionais - e utilizaremos toda forma de comunicação que possa engrandecer ainda mais a qualidade do nosso trabalho, mas também facilitar a atuação dos profissionais envolvidos. (VITORINO, 2016)

Na busca por este “aperfeiçoamento”, em 2015 a instituição adotou o aplicativo WhatsApp como forma de comunicação com os repórteres da cidade. Desde então, a ferramenta tem servido para transmitir “informações relacionadas às coletivas de imprensa, às atualizações de investigações” e outros assuntos de interesse público. Para Vitorino, desde sua implantação, a tecnologia tem apresentado resultados positivos entre os envolvidos:

¹ Em 10/03/2015, a Assessoria de Comunicação do 4º Departamento de Polícia Civil informou que as entrevistas individuais com os delegados deveriam ser agendadas em Belo Horizonte, que daria apoio estratégico para a Assessoria da cidade. No dia seguinte, o órgão emitiu a informação que as entrevistas poderiam ser agendadas com a Assessoria em Juiz de Fora novamente.

Foi adotado desde o ano passado, visando melhorar ainda mais a comunicação da Assessoria do 4º Departamento com a imprensa. A ferramenta possibilita um atendimento eficiente e eficaz, contribuindo para atender com mais praticidade as demandas dos profissionais. O WhatsApp também possibilita o aprofundamento de um tema e o esclarecimento das dúvidas dos jornalistas em minutos, quando ambos os atores envolvidos estão conectados.(VITORINO, 2016)

De acordo com a repórter do Jornal Tribuna de Minas, Michele Meireles (2016) em entrevista para esta pesquisa o WhatsApp se tornou um aliado na cobertura dos assuntos de segurança pública no município. Ela explica que o aplicativo facilita a obtenção de informações com policiais envolvidos no atendimento das ocorrências em tempo real, e ainda pode ser usado para mensurar o grau de importância dos fatos em andamento:

Depois da criação dos grupos de WhatsApp pelas polícias Civil e Militar há uma maior celeridade em conseguirmos as informações. Os policiais que estão atendendo a ocorrência, muitas vezes, nos enviam fotos, vídeos e informações em tempo real. Sem dúvidas, é uma ferramenta que nos auxilia muito. A partir destas informações preliminares, que nós repórteres repassamos aos nossos editores, também conseguimos definir se “vale” irmos aos locais dos fatos, por exemplo.(MEIRELES, 2016)

No grupo de WhatsApp do 4º Departamento de Polícia Civil de Juiz de Fora, também são disponibilizados vídeos das operações realizadas, bem como fotografias de materiais apreendidos e fotos de criminosos capturados que não permitem a sua identificação. Frequentemente, este material é utilizado pela imprensa nas matérias veiculadas.

A assessoria de comunicação da instituição na cidade não dispõe de um banco de dados específico para armazenamento das estatísticas sobre crimes violentos praticados em Juiz de Fora, e demais 86 municípios da Zona da Mata que estão sob sua jurisdição. Caso a imprensa necessite de alguma informação a este respeito, somente é possível realizar o levantamento junto a Secretaria de Estado de Defesa Social. Porém, há um blog² direcionado para divulgação das ações realizadas pelo Departamento.

3.1 MODO DE PRODUZIR SINOPSE

Diferente da Polícia Civil, que realiza o seu contato com a imprensa por meio de coletivas, no caso da Polícia Militar a instituição conta com o envio de “Sinopses” diárias aos jornalistas. O documento é um resumo das ocorrências de crimes violentos, extraído do Registro de Evento de Defesa Social (REDS), antigos “boletins de ocorrência”.

² Em 08/03/2016, a Assessoria de Comunicação do 4º Departamento de Polícia Civil comunicou a extinção do blog existente até a conclusão desta pesquisa. O órgão alegou estar seguindo as novas Diretrizes da instituição, informando também que as matérias da região passariam a ser publicadas no próprio site da PC, em uma sala de imprensa desenvolvida na página.

De acordo com assessor de comunicação organizacional da 4ª Região de Polícia Militar, major Marcellus de castro Machado, em entrevista para esta pesquisa, a Sinopse é elaborada com base em uma seleção criteriosa dos casos de criminalidade atendidos diariamente pela instituição. Segundo o militar, no documento direcionado à imprensa somente são apresentados os fatos de maior relevância para a sociedade. Esta seleção é realizada por uma equipe vinculada a assessoria de comunicação, juntamente com um jornalista contratado para atuar na sala de imprensa.

A Sinopse, quando a gente encaminha para a imprensa, realmente é feito uma triagem onde se verifica a importância daquela ocorrência. A gente divulga de maior vulto os homicídios, os assaltos, e tudo de forma responsável. Não é simplesmente chegar, e se ocorreu um homicídio, expor a vítima ou a família. Os suicídios não são encaminhados, casos envolvendo menores a gente também procura preservar ao máximo a identidade. (MACHADO, 2016)

Bedendo defende que esta comunicação realizada pela PM pode ser desdobrada em pautas mais complexas nas redações, tornando-se reportagens mais aprofundadas, principalmente em ocasiões onde uma mesma modalidade de crime começa a aparecer com frequência num curto espaço de tempo.

A sinopse da Polícia Militar é um documento emitido diariamente pela assessoria de comunicação organizacional da Polícia Militar, no qual os policiais agrupam os resumos dos fatos considerados de interesse da imprensa. Pode ser emitido várias vezes ao dia, dependendo dos acontecimentos. A partir da sinopse, podemos inferir uma série de possibilidades de pautas, para além da cobertura óbvia, do factual. (BEDENDO, 2013, p. 165)

Se por um lado as sinopses enviadas pela Polícia Militar de Minas Gerais à imprensa podem ser consideradas facilitadoras do trabalho jornalístico, pelo outro também é possível abrir um questionamento em relação ao tratamento que lhe são dadas na redação, bem como ao controle que os órgãos oficiais chegam a exercer sobre os veículos de comunicação mais acomodados. Se facilita de um lado, de outro dá a autoridade policial a prerrogativa de agendar o que será notícia, como se fosse o gatekeeper, função esta que cabe ao jornalista.

A Teoria do Gatekeeper foi criada nos Estados Unidos na década de 50, sendo utilizada no jornalismo para explicar o processo de produção da informação, onde o profissional da imprensa está incumbido de selecionar o que deve ou não ser levado ao público como notícias. A expressão tem origem na área da psicologia, nos estudos realizados por Kurt Lewin, em 1947. Anos mais tarde, David Manning White, aplicou o termo em uma pesquisa realizada para descobrir quais os critérios utilizados pelos redatores ao barrar a divulgação de uma notícia.

A explicação desta teoria é realizada pelo pesquisador Nelson Traquina (2005):

Nesta teoria, o processo de produção da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos gates, isto é, “portões” que não são mais do que área de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o gatekeeper, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não. Se a decisão for positiva, a notícia acaba por passar pelo “portão”; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua “morte” porque significa que a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação. (TRAQUINA, 2005, p.150)

A teoria do gatekeeper suscita diversas discussões quanto a subjetividade encontrada no critério de escolha das informações que serão ou não veiculadas nos veículos de comunicação.

O fato de receber diariamente um comunicado oficial da polícia pode induzir o jornalista ao erro de simplesmente se ater à informação narrada na ocorrência, ignorando muitas vezes os detalhes que possam ter passado despercebido pela autoridade policial quando do registro dos acontecimentos. Se o profissional da imprensa não se der ao trabalho de fazer uma apuração mais profunda, pode até mesmo deixar de noticiar que a qualificação de um crime foi alterada, como, por exemplo, no caso de uma tentativa de assassinato que se tornou homicídio porque a vítima socorrida faleceu posteriormente no hospital.

Na busca por demonstrar a importância de uma apuração além do relato documental, Bedendo (2013, p.167) propõe que o repórter compareça aos locais dos fatos e busque o contato com novas fontes:

(...) ao ter em mãos o REDS sobre um “homicídio consumado”, o jornalista vai encontrar uma narrativa com limitações sensoriais. Em boa parte dos casos, outras instâncias cognitivas, ou seja, de percepção e de sentimento do policial que escreveu o REDS podem não estar reveladas nas linhas do discurso do papel. Da mesma forma, o jornalista, apenas com o relato do documento policial, pode ter interpretação limitada acerca das expressões e histórias que interligam outros personagens envolvidos no fato. Por isso, são tão essenciais a presença, o contato, a experiência no ambiente e a relação com as pessoas. (BEDENDO, 2013, p.167)

Neste mesmo contexto, Felipe Pena (2006, p.61) lembra que as fontes oficiais, como a polícia, também podem não divulgar informações por questões de estratégia ou por comprometerem outros setores. O autor chama atenção para o risco destas fontes agendarem os jornalistas e os meios de comunicação, ao apontar que elas podem “divulgar determinada notícia para amenizar o impacto de outra que deseja ocultar.” Ao comentar o tratamento oferecido à Sinopse na redação do Jornal Tribuna de Minas, a editora da editoria “Dia a Dia”,

Marise Baesso, reforça esta tese com um exemplo de denuncia contra a instituição policial recebida pelo jornal:

Algumas coisas a polícia não manda. Por exemplo: ontem a gente teve um caso denunciando a polícia de um morador de rua que foi agredido. A polícia não vai botar isso na sinopse. Então a gente, eventualmente, conta com as pessoas ligando e denunciando. Neste caso foi o Centro de Direitos Humanos que denunciou, e nós corremos atrás. (BAESSO, 2016)

A reflexão apresentada por Pena também permite uma análise sobre casos de sinopses distorcidas que às vezes são encaminhadas às redações, onde tentativas de homicídios ganham a qualificação de lesão corporal, homicídios são classificados por encontro de cadáver, roubos podem ser chamados de extorsão, e assim por diante. O autor destaca

As fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas. Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de instituição. Governo, institutos, empresas, associações e demais organizações estão nessa categoria. (PENA, 2006, p.61)

Com essa afirmação é possível fazer um questionamento sobre o controle que a instituição policial muitas vezes acaba exercendo sobre as pautas diárias. Ao se tornar dependente de sinopses, os jornalistas estarão limitados a noticiar somente aquilo que a polícia lhe passou, sem ter nenhuma certeza de que outras ocorrências da mesma gravidade ou até mesmo mais importantes foram comunicadas. Não se trata aqui de critica a ação da polícia, que de certa forma garante a divulgação de informações, mas de considerar que o lugar de fala da autoridade policial terá que levar em conta os interesses da corporação, assim como acontece em qualquer instituição policial, ou não.

De acordo com o major Marcellus, além da Sinopse, a Polícia Militar também procura se relacionar com os órgãos da imprensa por meio de contatos realizados via telefone e aplicativos. A instituição tem um projeto em andamento para fazer divulgações na cidade por meio das redes sociais:

Aqui nós temos uma gama enorme de veículos de comunicação com a imprensa. Nós ligamos para os editores, temos grupos de WhatsApp criados, estamos criando o Facebook da Polícia Militar em Juiz de Fora, vamos inovar também criando o Twitter de notícias e também temos os releases que são enviados diariamente, e os telefones da sala de imprensa que ficam ligados à disposição de todos os repórteres. (MACHADO, 2016)

Além da comunicação centrada na sala de imprensa, a Polícia Militar também possui assessorias no 2º e 27º Batalhão. Neste caso, a contato é realizado pela figura de um tenente, que fica responsável por representar a instituição.

Mesmo oferecendo grandes benefícios no trabalho diário dos jornalistas, a introdução das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) na cobertura diária dos fatos também acabou causando interferências negativas na imprensa. Igor Waltz mostra que as empresas reduziram suas equipes de reportagem por conta disso.

O setor vem passando por uma reconfiguração no Brasil desde meados da década de 1980, com o início do processo de informatização das redações e a concentração empresarial do setor. A introdução das TICs comprimiu ou extinguiu etapas e funções do processo industrial da notícia, como o copidesque, o que eliminou postos de trabalhos e alijou profissionais do mercado. (WALTZ, 2015, p.4)

Estas tecnologias acabaram criando a figura de um jornalista sobrecarregado de funções, com múltiplas tarefas nas empresas. Surgiu, por exemplo, o repórter que também é responsável por tirar a fotografia a ser veiculada no jornal ou na página do veículo na internet, e ainda aumentou-se a frequência de matérias apuradas somente de dentro da redação, seja por telefone, e-mail e agora através das páginas sociais ou por meio de aplicativos.

Com esta facilidade de obtenção de informação digna de diversos questionamentos, muitas empresas começaram a reduzir gastos com transporte até o local dos fatos, reduzindo assim o contato pessoal com as fontes, e minimizando a oportunidade de se descobrir novas perspectivas de enquadramento.

3.2 VALOR NOTÍCIA

Antes de ganharem os noticiários e servirem de informação para o público, os assuntos apresentados pela imprensa nas páginas de um jornal impresso ou qualquer outro veículo de comunicação passam por um criterioso processo de triagem nas redações. Esta seleção é feita com base em uma série de interferências usadas para atribuir ou não uma relevância ao tema observado. No jornalismo, essas interferências são conhecidas como “valores- notícia”.

São por esses valores que muitas vezes o fato apresentado como manchete principal na capa de um jornal nem mesmo é citado em qualquer outra página do veículo concorrente. Embora haja diferentes pontos de vistas entre os pesquisadores a respeito dos critérios que devam ser considerados para mensurar a importância de um fato em relação a outro, não há uma regra bem definida entre os profissionais da comunicação quanto a isso.

Erbolato (1991) defende que ao ser elaborado nas redações, “o noticiário deve ter utilidade pública para os leitores e influenciá-los pessoalmente, mostrando-lhes que devem ter interesse no assunto divulgado (...)”. para o autor, “o maior número de leitores corresponde a melhor qualidade da notícia.”

De acordo com Jorge Claudio Ribeiro, como “nem tudo o que acontece no mundo hoje é passível de ir para as bancas amanhã”, ao selecionar o que vai ser noticiado, a imprensa realiza um recorte entre uma série de fatos possíveis: (ERBOLATO, 1991, p.57)

Ao divulgar uma notícia, a imprensa seleciona uma ocorrência que afeta diretamente um grupo restrito e a transforma num fato capaz de mobilizar e emocionar toda a sociedade, canalizando suas energias para ações conjuntas. Ao dar dimensão pública ao que era privado a imprensa cria aquele acontecimento para a sociedade. (RIBEIRO, 1994, p.11)

Porém, ao realizar este recorte, a função social do jornalismo na sociedade nem sempre é usada como elemento balizador do valor notícia. Ao descrever o critério que pode levar um crime para a capa do jornal Tribuna de Minas, Baesso mostra que a importância dada para a cobertura de um caso no periódico, muitas vezes pode depender da classe social da vítima, ou área em que o crime ocorreu, ao contrário de respeitar questões “igualitárias” e de “direitos humanos”.

Mesmo que a gente tenha tantos dilemas, você está em um veículo que vende notícias. Então você acaba sendo engolido por estas questões mercadológicas. A gente sabe que poderia não estar trabalhando daquele jeito, mas também você está preso nesta questão do jornalismo de todos estes valores notícias aí que envolvem principalmente a questão da criminalidade. (BAESSO, 2016)

Para Luiz Costa Pereira Júnior (2012, p.23), “ao fazer escolhas o editor determina o valor de um fato. E esse valor flutua ao sabor das ingerências”. O autor mostra que toda edição revela as preferências pessoais do profissional responsável pela seleção dos fatos a serem narrados, ou características próprias dos veículos de comunicação em que estão inseridos.

Esta questão também é observada por Erbolato (1991) ao lembrar que na imprensa “cada órgão tem as suas diretrizes: dar mais destaque ao crime, ou ao esporte, ou à política, ou à agricultura. Há assuntos que para determinados matutinos chega quase a constituir tabus (...)” (ERBOLATO, 1991, p.65)

Entre 24 critérios apontados como valor-notícia por Erbolato (1991, p.60-65), cabe destacar alguns que melhor se enquadram numa justificativa para o agendamento da questão

“violência” nos veículos de comunicação São eles: proximidade, impacto, aventura e conflito, raridade, interesse humano, repercussão.

Adiante, faremos uma breve relação de cada um destes critérios de noticiabilidade com a cobertura da segurança pública:

Proximidade: Segundo Erbolato (1991), “todas as notícias locais possuem essa característica.” Este critério está relacionado com o fato do público ter um interesse natural em saber dos assuntos que acontecem em sua cidade, bairro ou até mesmo na rua em que mora. No que se refere ao agendamento da questão “violência”, podemos supor que as pessoas desejam saber o que as autoridades estão fazendo para garantirem a sua proteção, quais áreas oferecem mais riscos de assalto no município, entre outros temas. O autor destaca que o critério de proximidade é um importante critério para veículos de interior: “a grande arma dos jornais do interior e dos semanários comunitários (que se publicam nos bairros das cidades médias e grandes) é a divulgação de fatos que ocorrem perto do leitor e ale ligados.”

Impacto: Este critério é utilizado pelo autor para descrever “um abalo moral causado nas pessoas por acontecimentos chocantes ou impressionantes.” Um crime de estupro, por exemplo, sempre irá causar um impacto na localidade em que ocorrer, devido a perversão do acontecimento.

Aventuras e conflitos: Erbolato (1991) cita como exemplo as notícias de “assassinatos, rixas e também as que revelam a audácia de indivíduos que planejam, como autênticos aventureiros, os golpes mais fantásticos visando o enriquecimento ilícito.” No que se refere a isso, Baesso (2016) defende que o principal valor notícia é a morte. Você trabalhar com a questão da morte que está muito próxima, todo mundo quer saber o porquê que morreu, os detalhes.”

Raridade: Paro Erbolato (1991) “tudo o que foge da rotina é interessante”. Neste sentido, ao notar o aumento de uma determinada modalidade criminosa, o veículo poderia fazer materiais especiais, oferecer análises, matérias com infográficos, entre outros recursos de comunicação.

Interesse humano: o pesquisador chama atenção para uma cobertura que pode render histórias mais interessantes do que o factual, focada em diversos depoimentos. Ao invés de mostrar o impacto de um incêndio, poderia contar a história de vida de quem não sobreviveu a ele.

Repercussão: podemos exemplificar com as coberturas que são feitas pela mídia ao acompanhar um fato, oferecendo uma continuidade para ele ao comparecer em reconstituição de um crime, julgamento de suspeitos, entre outros.

De acordo com Mauro Wolf (2003, p.202) os valores-notícias estão presentes em todo o processo de produção do jornalismo, sendo levados em consideração desde a seleção das notícias até o momento em que são levados ao público final.

Os valores/notícias são usados de duas maneiras. São critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de serem incluídos no produto final. Em segundo lugar, eles funcionam como linhas guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias a serem apresentadas ao público. (...) Os valores notícias são a qualidade dos eventos ou da sua construção jornalística, cuja a ausência ou presença relativa os indica para inclusão num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exibe essas qualidades, maiores são suas chances de ser incluídos (Golding e Elliot, apud Wolf: 203)

Dentro das redações, o que é dito por Wolf ganha sentido durante a realização do trabalho da imprensa. Quando o repórter seleciona o fato que merece ser coberto, o repórter que for realizar esta cobertura também fará uma seleção do que ele acredita que seja notícia dentro do que apurou. Com a matéria já pronta, cabe ao editor decidir o grau de importância que o assunto irá receber no veículo, podendo colocá-lo ou não entre os assuntos de capa, e até mesmo impedir a publicação para dar espaço ao que considerar mais relevante.

Mesmo não havendo uma regra padrão para estabelecer os critérios de noticiabilidade, o recurso é utilizado em todos os veículos de comunicação. Seja de forma intencional, ou até mesmo inconscientemente.

4- A TRIBUNA

Neste capítulo apresentaremos as informações sobre o surgimento do Jornal Tribuna de Minas na cidade de Juiz de Fora. Com a falência do Diário Mercantil, em 1983, o veículo se tornou o maior impresso do município, e desde então mantém a liderança no número de leitores. Também falaremos sobre o processo de produção do periódico no que se refere a cobertura de assuntos relacionados com a segurança pública do município.

4.1- HISTÓRICO

O Jornal Tribuna de Minas foi criado na cidade de Juiz de Fora no início dos anos 80, pelo médico e empresário Juracy Azevedo Neves, na época já proprietário da Esdeva Empresa Gráfica Ltda, e Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A. Sua primeira edição data de 1º de setembro de 1981, sendo disponibilizado aos leitores em preto e branco, no formato standard.

Seu nascimento se deu em uma época em que o Brasil lutava pela conquista da democracia, após o presidente general João Baptista Figueiredo dar continuidade ao processo de abertura política iniciada por Geisel. Este momento é descrito por Nelson e Claudino Piletti (2002).

(...) com a posse do general Figueiredo na Presidência, o movimento contra a ditadura cresceu mais, passando a exigir anistia para os perseguidores e punidos pela ditadura, eleições diretas e livres em todos os níveis, liberdade de expressão, etc. Diversas categorias de trabalhadores, como professores e metalúrgicos, voltaram a fazer greves por melhores salários e condições de trabalho. (PILETTI, 2002, p. 125)

Logo em sua primeira edição, o momento político enfrentado no país levou o jornal a se posicionar em favor de uma mudança no cenário nacional. Ao chamar para si a responsabilidade de ser independente e imparcial, apontando tais artifícios como um caminho para se alcançar a confiança pública e a credibilidade, pode-se perceber uma crítica discreta ao período de governo militar que ainda marcava o ano de seu surgimento.

Da isenção de ânimo, que se há de manter a todo custo, apesar de armadilhas e percalços típicos de um momento nacional, não apenas regional, quando há mais (e mais temerárias) conjecturas e expectativas do que posicionamentos e definições por

uma efetiva retomada do caminho democrático – único que queremos percorrer, na direção do bem comum (TRIBUNA DE MINAS, 1981)

O editorial também destacou a preocupação com a função social do jornalismo na sociedade, dando indícios de que pretendia zelar por isso em suas publicações, onde procuraria preservar a “difusão de valores morais culturais e políticos que reforcem a coesão nacional e a solidez do pacto social.” (TRIBUNA DE MINAS, 1981)

Concluindo a apresentação do novo veículo que se instalava em Juiz de Fora, o texto finalmente define qual seria a linha a ser seguida nas páginas da Tribuna de Minas. Pode-se perceber a intenção de oferecer um periódico com matérias mais complexas, que exigiriam análises por parte de seus leitores.

É da natureza dos diários que o superficial, o pitoresco e o acidental sejam pautados necessariamente porque matérias de consumo obrigatório. (...) Mas o factual, ainda quando inevitavelmente insólito ou bizarro, não exclui nem faz esquecer um comprometimento mais profundo, essencial, com um público que se propõe interpretar... (TRIBUNA DE MINAS, 1981)

Neste momento, o município já contava com dois periódicos tradicionais: o Diário Mercantil, fundado em 1911, e o Diário da Tarde, criado em 1942. Ambos os veículos integravam o conglomerado dos Diários Associados, do empresário Assis Chateaubriand.

Segundo Cristina Ferraz Musse (2008, p.1), o Diário Mercantil se caracterizava como um veículo de comunicação com “perfil conservador”, onde havia a representação do “pensamento das elites industrial e cosmopolita”. Por sua vez, o Diário da Tarde foi criado em substituição a uma segunda edição diária do Diário Mercantil, porém adotando um apelo mais popular, conforme descreve Márcia Regina Gonçalves Andreola (1995, p. 15) ao lembrar que o periódico era “vendido na porta das fábricas” ao término de expediente dos funcionários.

Apesar de sua tradição na cidade, o DM também não escapou da crise iniciada no grupo dos Diários Associados após a morte de Assis Chateaubriand, em 1968. De acordo com Musse (2008, p.13) a situação do periódico se agravaria após a aposentadoria de seu diretor local, Renato Dias Filho, no início dos anos 70. “A partir de 1973, o jornal vai ser administrado por pessoas ligadas ao Condomínio dos Diários Associados, vindas de Belo Horizonte que pretendem reformular o impresso, mas tudo indica que é o começo do fim.”

A crise da empresa coincide com o momento econômico vivido no Brasil neste mesmo período. Segundo Divalte Garcia Figueira (2005), nesta época o País enfrentava graves

problemas financeiros, o que levou o governo a buscar medidas que pudessem garantir a estabilidade da economia.

O governo do general Figueiredo anunciou um plano recessivo para tentar ajustar a economia brasileira, que vinha apresentando problemas desde a gestão anterior. A situação contudo, piorou rapidamente. Em 1979, a inflação bateu em 77%, quase o dobro da de 1978. As taxas internacionais de juros continuavam subindo, empurrando a dívida externa cada vez mais para cima. (Figueira, 2005, p.381)

Tentando se manter no mercado, no mesmo ano em que a Tribuna de Minas era fundada em Juiz de Fora, o Diário Mercantil buscava a reformulação de seu parque gráfico. Andreola (1995, p.20) relata a compra das “modernas máquinas de *off set*” em 1981, que prometiam uma revolução no “modo de fazer jornalismo na cidade”. Porém, conforme explica Musse (2008, p.14) estes investimentos contribuiriam para agravar ainda mais a situação financeira do jornal, devido aos empréstimos contraídos pela empresa junto a instituições bancárias. Três anos depois, em 29 de novembro de 1983, o DM anunciaria o seu fechamento em um editorial estampado na primeira página do periódico.

Com o declínio do Diário Mercantil, o Tribuna de Minas ganhou espaço na cidade. Guilherme Jorge de Rezende (2012, p55) lembra que o jornal “por muitos anos não teve concorrentes”, cenário que só mudaria em 1994 com o surgimento do Diário Regional, criado pelo professor Josino Aragão. O periódico integra ao grupo Sircom –Sistema Regional de Comunicação, também composto pela TVE Juiz de Fora e as rádios Globo AM e Premium FM.

Em seu primeiro editorial, intitulado “Razões e Objetivos”, o jornal Tribuna de Minas se propôs a explicar suas intenções ao circular no município, num determinado trecho da apresentação ao público, ficou claro o desejo do veículo em conquistar espaço e credibilidade em outras regiões do Estado de Minas Gerais.

O passado e o presente de uma Zona da Mata que se deve integrar enfim no centro das decisões mineiras – e o futuro do milhão e meio de habitantes de 127 cidades da região são prioritários, mas não circunscrevem o âmbito de um jornal que, a curto prazo, pretende ser também um veículo voltado para as regiões vizinhas, a começar do Sul de Minas, Mantiqueira e Vertentes.(Tribuna de Minas, 1981)

Este plano de expansão seria colocado em prática cinco anos mais tarde, quando a redação do jornal foi transferida para a capital mineira em uma frustrada tentativa de concorrência com o Estado de Minas. Gustavo Santos Ribeiro (2012, p. 28) descreve que esta

investida criou uma segunda publicação do periódico, exclusiva para o município. “Para a cidade de Juiz de Fora, a partir do dia 2 de agosto de 1986, restou a Tribuna da Tarde com matérias locais.” (RIBEIRO, 2012, p.28)

Porém, a empreitada da empresa em Belo Horizonte não foi bem sucedida, obrigando o retorno da redação para Juiz de Fora em 29 de novembro de 1992. Com esta volta à cidade, o jornal passou a se dedicar aos assuntos locais, eliminando o Tribuna da Tarde, e resgatando sua identidade original.

A Tribuna de Minas Hoje

Atualmente, Tribuna de Minas é o maior impresso de Juiz de Fora. Excluindo a disputa de vendas com jornalões de circulação nacional ou estadual, seu único concorrente direto na cidade é o Jornal Diário Regional, do Grupo Sircom de Comunicação. O veículo integra o Grupo Solar, que no ramo de comunicação também controla as rádios CBN Juiz de Fora e Solar FM. Além disso, ainda atua no setor gráfico com a empresa Esdeva, no segmento de turismo de eventos e negócios, com o Hotel Solar Flat, e de cultura e entretenimento, com o Teatro Solar.

Sua edição impressa circula de terça a domingo, e não são feitas publicações no primeiro dia após feriados. De acordo com informações disponibilizadas para agências de publicidade e anunciantes, disponibilizada pelo Balcão de Anúncios do jornal, em dias úteis o periódico tem uma tiragem média de 18.000 exemplares, e aos domingos, esta quantidade sobe para 20.000.

O primeiro caderno é composto pelas editorias Geral, Política, Economia, Brasil Serviço e Esporte. Já o segundo, é dedicado para assuntos relacionados com Cultura.

Uma pesquisa encomendada pelo jornal em agosto de 2014 para a empresa Sieg Informação e Pesquisa, traçou o perfil de seus leitores, definindo o seu público quanto ao gênero, idade, instrução e atividade, coletando ainda a frequência de leitura e avaliação geral em relação ao conteúdo oferecido.

De acordo com o levantamento realizado, o público do jornal é composto em sua maioria por indivíduos de nível médio, do sexo masculino (54%), inserido no mercado de trabalho, e situado entre a faixa etária de 45 a 59 anos. Quanto à frequência de leitura do

periódico, 45% dos entrevistados afirmaram acompanhar o veículo diariamente, sendo que 77% avaliaram seu conteúdo de forma positiva.

4.2- SEGURANÇA PÚBLICA OU POLICIAL?

No jornal Tribuna de Minas, as matérias sobre criminalidade são alocadas na editoria chamada “Dia a Dia”. O espaço reúne assuntos diversificados sobre a cidade, e foi criado em substituição à editoria “Geral”. De acordo com a editora responsável, Marise Baesso (2016), a mudança foi necessária devido ao fato do veículo não ter um conteúdo muito grande. Dia a Dia abarca “um pouco de tudo”, e com ela há mais liberdade para que não seja preciso colocar parte de um tema em uma editoria específica e parte na outra. O nome da editoria demonstra que o jornal confere um tratamento mais ameno para as questões relacionadas com assuntos policiais.

Além das reuniões diárias que são realizadas entre todos os editores para decidir a respeito dos temas veiculados, existe no jornal a figura de uma pauteira. Esta profissional está encarregada de fazer uma checagem geral nos fatos locais e regionais, mas também procura assuntos que estão acontecendo a nível nacional ou até mesmo no exterior, que de alguma forma podem repercutir no município.

Segundo Baesso (2016), a cobertura policial conta com “repórteres setorizados.” Isso se deve ao fato de ser uma área bem específica, onde há a necessidade de muitas fontes fidelizadas, que passem a informação rapidamente. Para isso, o veículo tem dois profissionais em turnos diferenciados. A repórter Sandra Zanella faz este trabalho pela manhã e parte da tarde, enquanto a Michele Meireles atua pela tarde, e parte da noite.

Ao chegar à redação, Sandra Zanella faz uma checagem sobre os casos policiais em andamento por meio de uma “ronda” realizada via telefone com as polícias Militar, Civil, Rodoviária Federal e Rodoviária Estadual. Neste processo, não há a inclusão da Polícia Federal, devido ao fato do órgão não ter uma atuação tão constante, com informações transmitidas diariamente. Porém, a Polícia Federal também passa a ser incluída na ronda se houver algum caso que compete ao órgão em andamento ou sendo acompanhado pelo jornal.

Para Ricardo Bedendo, a ronda tem uma grande importância na obtenção de informações factuais. O autor defende que o repórter mantenha contato permanente com diferentes órgãos de segurança pública para levantamento de possíveis ocorrências de destaque que possam estar sendo atendidas no momento da checagem:

Cotidianamente, a ronda é um termo designado para uma das funções mais importantes na obtenção de informações na redação. Na dimensão institucional, cabe ao repórter manter contato com as fontes de informação constantemente. Na busca pelo factual, são essenciais as relações permanentes com instituições, como as polícias, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil (essa última mais em ocasiões de chuvas ou alguma incidência natural), para saber se há alguma ocorrência de destaque em andamento. (BEDENDO, 2013, p.179)

A ronda é realizada na redação da Tribuna de Minas de quarenta em quarenta minutos. Além deste procedimento, a repórter do período matutino também checa as informações contidas na “Sinopse” enviada diariamente pela Polícia Militar, fazendo uma triagem entre as ocorrências, para apuração dos fatos relevantes que possam ganhar a página do periódico.

Eventualmente, a repórter do período da manhã também realiza uma ronda presencial nas delegacias ou nos batalhões da Polícia Militar, em busca de acontecimentos relevantes. Após a chegada da jornalista Michele Meireles, na parte da tarde, há uma troca de informações entre ela e a repórter do turno anterior, sobre os assuntos policiais apurados naquele dia, e possíveis casos em andamento.

Baesso (2006) ressalta que embora a repórter Sandra Zanella possa não comparecer todos os dias à delegacia, pela tarde é certo que será feita uma ronda presencial. “Mesmo que a Sandra não vá à delegacia, a Michele com certeza vai, porque a polícia exige esse contato muito próximo (...)”. Segundo a editora, o procedimento é feito para reforçar a confiança dos profissionais da polícia no trabalho realizado pelo repórter. Esta proximidade com as instituições diversas vezes acaba rendendo pautas exclusivas para o jornal.

Segundo Baesso, diversas pautas policiais da Tribuna de Minas também nascem da observação de determinadas situações por parte da equipe de reportagem.

Essa semana elas e nós, editores, observamos que o número de roubos de veículos estava crescente na cidade. Então eu falei que isso caberia mais que uma matéria comum, e seria preciso apurar, pegar todos os números e investigar a causa disso. Aí a Michele foi atrás e fez uma matéria maior, que a gente dá um pouco mais de destaque. (BAESSO, 2016)

Além das duas jornalistas dedicadas exclusivamente para a cobertura policial, o jornal também conta com a presença de um repórter chamado Marcos Araújo. Este profissional é

encarregado por elaborar matérias policiais com teor de denúncia. De acordo com Baesso, a presença deste repórter na redação seria uma forma de preservar a confiança das fontes policiais nas outras duas profissionais que lidam diariamente com o factual:

Ele investiga mais, e tem o trabalho de fazer umas matérias mais analíticas e de pesquisa. Porque a gente entende que a polícia para ter você como fonte, se você começa a fazer matérias de denúncia contra ela, ela passa a não confiar em você. (BAESSO, 2016)

Há, ainda, um repórter plantonista encarregado de fazer a ronda após o término do expediente de trabalho da repórter Michele Meireles, durante a noite. Havendo algum fato policial importante antes do fechamento da editoria “Dia a Dia”, que ocorre às 21h, este profissional fica encarregado de fazer a matéria.

Entre os assuntos policiais comumente retratados nas páginas do jornal Tribuna de Minas figuram casos de homicídios e tentativas do mesmo crime, assaltos à mão armada, crimes de estupro, apreensão e tráfico de drogas, confrontos realizados entre os chamados “bondes” ou “gangues” de bairros rivais. Geralmente os acontecimentos são relatados aos leitores de forma simples, fornecendo apenas uma narrativa factual realizada com base em depoimento de autoridades policiais envolvidas de alguma forma com o registro das ocorrências. Muitas vezes, até mesmo pela ausência de outras fontes ou foto na matéria, e constantes referências ao trabalho policial realizado na cena do fato, é possível perceber que a equipe não esteve presente nas cenas dos crimes.

Para entender a relação do jornal Tribuna de Minas com a divulgação de matérias relacionadas com a questão da violência, cabe aqui uma breve contextualização a respeito do cenário de criminalidade enfrentado por Juiz de Fora. Nos últimos anos, o município passou a conviver com elevados índices de homicídios praticados por arma de fogo. Sobre este assunto, o pesquisador Jorge Sanglard chama atenção para o número de mortes violentas registrado na cidade:

Em duas décadas e meia, entre a década de 1990 e 2015, Juiz de Fora saiu de 4,4 homicídios por cem mil habitantes para 28,4 homicídios por cem mil habitantes, apresentando um aumento de 238% no número de assassinatos. Antes pacífica e ordenada, Juiz de Fora agora é uma cidade que viu explodir a taxa de homicídios e não encontra meios de combater eficazmente esta dura e triste realidade. Assim, Juiz de Fora deixou o grupo das cidades brasileiras menos violentas e está entrando no ranking das cidades violentas, sob o ponto de vista dos índices de homicídios. (SANGLARD, 2016)

De acordo com Baesso (2016), esta escalada da violência na cidade serviu para que o jornal começasse a acompanhar a questão da criminalidade de uma forma mais intensa. Os

casos então passaram a receber mais destaque nas páginas do jornal, que chegou até mesmo a receber crítica de alguns leitores incomodados com a quantidade de matérias relacionadas com o tema:

Há uns três anos atrás, a gente teve um período que a cidade começou a ter um aumento no número de homicídios. Nesta ocasião, a violência começou ganhar mais destaque na Tribuna. O jornal não dava muitas manchetes para a violência, mas a cidade mudou e o jornal acompanhou. Aí as pessoas ficavam perguntando por que o jornal estava ficando tão violento. Não era o jornal que estava mudando, mas a sociedade que estava mais violenta, e a gente entendeu que isso merecia um destaque um pouco maior. Não era comum tanto homicídio aqui, e percebendo isso, a violência começou a alçar mais espaço na Tribuna. (BAESSO, 2016)

Baesso também explica que, desde então, estes crimes foram ficando “banalizados” no município, o que levou a Tribuna de Minas a investir em matérias especiais mais profundas, oferecendo análises sobre as possíveis causas desta explosão de criminalidade:

Fizemos matérias elucidativas neste sentido, mostrando que estava mais fácil ter arma por causa daquele derrame de armas que foi provocado pelo Exército, que recolheu as armas entregues devido ao Estatuto do Desarmamento, e depois essas armas foram encontradas com vários criminosos jovens e adolescentes. Isso aí foi um divisor de águas na cobertura que envolve a questão da segurança pública. A partir daí, esta cobertura ganhou mais destaque por conta do número de mortes violentas que cresceu assustadoramente na cidade, atingindo a classe média também. Vindo para outras regiões da cidade onde antes não era comum. (BAESSO, 2016)

Da mesma forma que a banalização da violência serviu de impulso para que os crimes ganhassem a capa do jornal, o efeito inverso também ocorreu. Com a repetição quase que diária dos casos, o factual foi perdendo espaço de destaque no periódico. Atualmente, o veículo opta por não fazer a divulgação de todos os homicídios na edição impressa. De acordo com Baesso (2016), essa modalidade de crime sempre ganha espaço na página do veículo na internet, mas só vai para o impresso se for um caso mais grave “por não acontecer facilmente”, ou de maior repercussão para os leitores e para a cidade, de forma geral.

Por outro lado, a editora lembra que a repetição anormal destes casos em um curto espaço de tempo acaba despertando a atenção da equipe para matérias mais profundas, com apresentação de dados e outros recursos que contribuam para o desenho da informação:

Se no final do mês a gente perceber que houve um número maior de morte ou outro crime violento, aí sim analisaremos o motivo. Vamos fazer um infográfico mostrando quais as regiões da cidade que isto está acontecendo, trazer uma informação mais detalhada. (BAESSO, 2016)

Para dar conta desta cobertura mais analítica, e devido à dificuldade de conseguir dados precisos em relação à violência com as autoridades policiais, o jornal Tribuna de Minas

resolveu elaborar um banco de dados próprio com os índices de crimes registrados na cidade. Uma repórter responsável pela cobertura da área policial fica encarregada por manter os números atualizados, contabilizando não somente os homicídios ocorridos no local do crime, mas também as situações em que a vítima vai a óbito após ser socorrida. Este levantamento oferece um balanço mais preciso, caso algum evento não esteja relacionado nos números oficiais da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds).

Até mesmo pelo fato de realizar o atendimento inicial das ocorrências, é comum que a Polícia Militar nem sempre tome conhecimento sobre a morte de uma vítima levada com vida até a unidade de saúde. Por isso, muitas vezes cabe a Polícia Civil alterar a tipificação de um crime durante a investigação de determinado caso.

Segundo a repórter policial Michele Meireles (2016), no jornal Tribuna de Minas há sempre uma preocupação em levar a narração dos fatos além das informações colhidas com as fontes policiais, nas Sinopses ou nos REDS. “Sempre fazemos estes materiais mais elaborados, ouvindo especialistas, buscando dados, consultando documento e indo a campo.”

O interesse do jornal Tribuna de Minas em abordar a questão da violência por meio de matérias especiais demonstra um avanço do veículo rumo ao jornalismo de segurança pública. No entanto, o modelo de cobertura diária da criminalidade e a extrema dependência de fontes policiais para realização das matérias mostram que o veículo ainda conserva muito as características do jornalismo policial.

5- ANÁLISES DAS CAPAS

A metodologia escolhida para a condução desta pesquisa foi a análise de conteúdo, e para isso acompanhamos as capas das edições diárias do Jornal Tribuna de Minas correspondentes aos meses de abril e maio de 2014, e ao mesmo período do ano seguinte. As edições em questão foram submetidas a um processo de clipagem, visando um correto levantamento dos elementos estudados a seguir.

Foram analisadas um total de 100 capas do periódico (50 em cada bimestre) por meio de análise quantitativa e qualitativa, buscando verificar a frequência de agendamento do tema violência por meio de manchetes, chamadas e fotografias, e conhecimento dos interesses do veículo ao narrar tais fatos.

Segundo Luiz Gonzaga Motta, nesses elementos que compõe o material estudado, é possível identificar uma série de estratégias da comunicação para o envolvimento do público alvo com narrativa que o veículo apresenta:

Tal como os efeitos do real, recursos da retórica jornalística induzem os leitores, ouvintes e telespectadores a diversos tipos e graus de comoção. Esses recursos abundam nas manchetes e títulos tanto nos textos, tanto nas ilustrações e charges como nas fotografias e imagens televisivas. (MOTTA, 2007, p.11)

Devido a isso, levando em consideração a narrativa da violência, procuramos pesquisar o grau de “comoção” que a Tribuna de Minas procura transmitir a seus leitores sobre o tema estudado neste trabalho.

A análise de conteúdo é um método de pesquisa originado nos Estados Unidos no início do século XX. De acordo com Laurence Bardin (1977, p, 13) a metodologia se desenvolveu na Escola de Jornalismo de Colúmbia, com a realização de estudos sobre jornais impressos. Trata-se de uma técnica por meio da qual, a partir de um material selecionado, o pesquisador avalia a quantidade de repetição de um determinado evento, no caso das análises qualitativas, ou os interpreta, em análises qualitativas. Bardin (1977) propõe a seguinte diferenciação entre os dois tipos de análises:

A abordagem quantitativa e a qualitativa não tem o mesmo campo de ação. A primeira obtém dados descritivos através de um método estatístico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada. Sendo rígida, esta análise é, no entanto, útil nas fases de verificação das hipóteses. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. (BARDIN, 1977, p.108)

Em outras palavras, a análise quantitativa procura levantar a quantidade de vezes em que um item pesquisado aparece no material de estudo. A análise qualitativa, por sua vez, é realizada pela interpretação do pesquisador, por meio de hipóteses formuladas com base em um conhecimento adquirido. Por meio dessas análises realizadas sobre as páginas do jornal, buscamos identificar os recursos utilizados para interferir na percepção dos leitores acerca do cenário de criminalidade e violência existente no município.

Ao analisar a questão da violência, cabe destacar que este tema é bastante abrangente, podendo manifestar-se nas mais diferentes formas. De acordo com Ignez Costa Barbosa Ferreira e Nelba Azevedo Penna (2005), o conceito não se aplica somente as agressões físicas, conforme geralmente é compreendido pela sociedade e até mesmo agendado pelos veículos de comunicação:

Tradicionalmente a violência abrange as ações de natureza criminal como roubos, delinquência e homicídios. Atualmente, àquelas vem se somar os atos que ferem os direitos humanos, como os de natureza sexual, maus-tratos, discriminação de gênero e de raça, englobando não apenas a agressão física, mas também situações de humilhação, exclusão, ameaças, desrespeito (FERREIRA e PENNA, 2005, p. 155)

Em grande parte das vezes a violência emerge de forma mais clara em locais onde não há uma presença do Estado, mas é importante lembrar que os indivíduos pobres não necessariamente são pessoas violentas. Apesar disso, muitas políticas de enfrentamento à criminalidade colocam os moradores de regiões periféricas na mira das autoridades policiais, causando uma repressão violenta com altos índices de letalidade, até mesmo de inocentes.

Para questão de enquadramento das matérias veiculadas no periódico como crimes violentos, neste trabalho tomamos como base os mesmos critérios adotados pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que divide esta modalidade em duas categorias. A primeira dela é o crime contra o patrimônio, que compreende os roubos consumados e roubo a mão armada (assaltos). Já a segunda é o crime contra a pessoa, que enquadram as tentativas de homicídio, homicídio consumado, estupro, sequestro e cárcere privado, além da extorsão mediante sequestro.

Segundo Laura Seligman (2009, p.8), a utilização da representação de frequência tem sido uma das formas mais utilizadas para representar dados em análises de conteúdo, e elas podem ser realizadas por meio de “frequência absoluta”, quando mensuram a quantidade de vezes em que a categoria analisada aparece, ou por frequência relativa, ao apresentar “as porcentagens em relação ao universo analisado ou a outra categoria”,

Nosso corpus de análise observa os seguintes aspectos em relação ao aparecimento de assuntos que se referem à segurança pública e violência no veículo alvo deste estudo:

- 1- Manchetes ³
- 2- Chamada ⁴
- 3- Manchete seca ⁵
- 4- Fotografias e fotolegendas

Manchetes

Entre todos os recursos utilizados no jornalismo impresso, a manchete pode ser considerada o item mais importante da publicação. É ela quem tem o poder de seduzir o leitor para o principal assunto tratado na edição que se encontra à venda, ou disponível para leitura. Não por acaso, as manchetes ocupam a região privilegiada nas capas dos jornais, na parte superior da página, logo após o nome do veículo.

Outra peculiaridade das manchetes está nas fontes utilizadas para atrair a atenção do leitor, que na maior parte das vezes se apresentam com corpo tipográfico largo, tamanhos maiores e geralmente aparecem em negrito. No veículo estudado, ela também se apresenta acompanhada de um ante título com frases curtas que resumem alguma informação a respeito

³ Manchete É a principal notícia do dia e deve receber o título mais importante da primeira página. Este deve obedecer, de acordo com o impacto da notícia, à seguinte gradação em ordem decrescente: a) três linhas em seis colunas; b) duas linhas em seis colunas; c) uma linha em seis colunas; d) duas linhas em quatro colunas; e) três linhas em três colunas; f) uma linha em cinco colunas; g) duas linhas em três colunas; h) quatro linhas em duas colunas; i) uma linha em quatro colunas. “Novo Manual da Redação Folha”

⁴ Texto curto na primeira página que resume as informações publicadas pelo jornal a respeito de um assunto. Remete o leitor para as páginas que trazem a cobertura extensiva. Mais do que qualquer outro, é um texto jornalístico que exige frases curtas, secas, substantivas. Deve dar ao leitor a ideia de completude. Recomenda-se evitar o excesso de palavras como ontem, que, segundo, afirmou. “Novo Manual da Redação Folha”

⁵ Manchete Seca ou bandeira – Título sem texto de chamada com remissão para página ou caderno. “Novo Manual da Redação Folha”

do tema abordado, e um subtítulo com 2 linhas, onde há uma complementação da manchete propriamente dita.

Nas análises realizadas sobre as 50 capas do jornal Tribuna de Minas correspondentes aos meses de abril e maio de 2014, podem ser encontradas 15 matérias (30%) com temas de segurança pública ou polícia, sendo que deste total, 11 (22%) são classificadas como crimes violentos.

Entre as manchetes enquadradas nesta modalidade específica, somente duas (18%) vieram acompanhadas por fotografias, e todas essas são especiais escritas pela repórter Daniela Arbex, e uma com a participação do repórter Eduardo Valente. As matérias se referem respectivamente a uma tentativa de linchamento ocorrido dentro de casa contra um homem acusado de estupro na Vila Olavo Costa (20/05/2014), e ao “ciclo de violência” criado com a “Execução de jovens” da mesma comunidade (27/05/2014), o que teria feito as mães das vítimas se mobilizarem em dias anteriores, em um protesto com pedido de paz para o bairro.

Neste primeiro bimestre pesquisado, além da tentativa de linchamento relatada na matéria especial já mencionada, somente mais um crime factual que se refere a uma única vítima ganhou destaque nas manchetes do jornal, e trata-se do caso de um policial militar que matou o próprio irmão viciado em drogas com 4 tiros, na frente da família, em plena comemoração do Dia das Mães(13/05/2014). Fora isso, a maior parte das matérias se refere a problemas coletivos, como o fato de comerciantes estarem apelando para segurança privada (01/04/2014), e a rotina de roubos com uso de violência na Zona Sul (16/04/2014)

Dentro deste semestre, cabe uma observação para a manchete em que o jornal destaca o uso de armas de fogo em 77% dos homicídios em Juiz de Fora (08/04/2014). A matéria foi motivada pela conclusão e divulgação, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, do Mapa da Violência 2013, elaborado pelo Laboratório de Estudos sobre a Violência, do Centro de Pesquisas Sociais (CPS) da UFJF. Outra manchete que merece atenção foi a divulgação da prisão de matadores que cobram até R\$ 2500,00 por assassinatos na cidade.

Na análise realizada sobre as 50 capas do segundo bimestre pesquisado, já em 2015, foram encontradas 9 manchetes (18%) atribuídas a temas policiais ou de segurança pública, e 5 delas (10%) se referem a crimes considerados violentos. De todas as matérias classificadas nesta modalidade, 4 (80%) são acompanhadas de fotografias. As matérias se referem aos

quatro fatos citados a seguir: roubo praticado contra uma estudante de engenharia dentro da UFJF (11/04/2015), trabalhadores (um ferido e outro executado) durante assalto a empresa (14/04/2015), emissão do laudo que descarta o uso de droga e bebida por um jovem encontrado morto após briga em boate (24/04/2015), e a morte de uma criança espancada pela mãe e o padrasto (08/05/2015).

Dentro do período, três manchetes se enquadram em fatos que se tornaram alvo de acompanhamento pelo jornal. O homicídio do jovem assassinado nas proximidades da boate em novembro de 2014 ficou conhecido como “Caso Matheus Goldoni”, recebendo atualizações à medida que iam saindo novidades referentes a investigação. A morte da criança espancada pela mãe e o padrasto foi tratada como “Caso Luana”, e ocorreu em maio de 2015. No jargão jornalístico, essa cobertura recebe o nome de “suíte”. Um tipo de continuidade da matéria, que oferece ao leitor informações sobre determinado fato, fisgando sua atenção como em uma narrativa seriada. Já o terceiro caso citado em uma das manchetes, se refere ao julgamento do assassino e ex- marido da vendedora Jomara Amaral, ocorrido em 2009, na frente de duas crianças, filhas das vítimas.

Na comparação entre os dois bimestres analisados, entre abril e maio de 2014 e o mesmo período de 2015, houve uma redução de 55% nas manchetes atribuídas a crimes violentos.

Chamadas

No jornalismo impresso, as chamadas são recursos de linguagem utilizados na primeira página da publicação com o propósito de prender a atenção do leitor para uma determinada matéria que será abordada em seu interior. As chamadas de capa são escolhidas pelo editor do veículo, a partir de critérios de noticiabilidade.

Ao se analisar as chamadas do veículo de comunicação objeto desta pesquisa, no período analisado, classificamos este recurso do jornalismo impresso em dois tipos, sendo elas: chamadas simples (aparecem sozinhas ou acompanhadas de textos e fotografias), e chamada título, caracterizada por serem apresentadas sozinhas em uma fonte maior, no rodapé da página ou acima do nome do jornal.

No primeiro bimestre analisado, a Tribuna de Minas publicou um total de 64 chamadas relacionadas com assuntos policiais ou de segurança pública, sendo 29 publicações em abril e 35 no mês seguinte. Dentro deste total, 39 chamadas (61%) se referem a crimes

violentos, onde 25 matérias (64%) estão classificadas na categoria de “crimes contra a pessoa”, e 14 (36%) em crimes contra o patrimônio.

Na categoria de chamadas também foi analisado o posicionamento ocupado por elas na capa do jornal, levando-se em consideração os espaços localizados antes e após a dobra. Esta separação se justifica porque, assim como acontece com as manchetes, todo conteúdo veiculado na parte superior “acima da dobra” da página do jornal acaba recebendo maior visibilidade por parte dos leitores, sobretudo na banca de jornal, o que faz com que essa região seja considerada a mais “nobre” ou importante da página. São as chamadas que ficarão em exposição mais imediata e que, portanto, trazem assuntos considerados de maior potencial para fisgar o leitor.

Em relação ao posicionamento das chamadas na capa do periódico durante os meses do primeiro ano pesquisado, percebe-se que a maior parte delas - um total de 22 (56%) se localiza acima da dobra, e 17 (44%) na parte inferior de cada edição.

Passando para os resultados obtidos na análise realizada com as publicações dos meses de abril e maio de 2015, é possível notar uma redução de 36% na quantidade de chamadas relacionadas com assuntos policiais ou de segurança pública, que caiu de 64 para 41 veiculações. Entre este total, 33 chamadas (80%) estão atribuídas a crimes violentos, tendo sido noticiadas 12 matérias em abril e 21 no próximo mês. Aqui, 27 chamadas (82%) se enquadram na modalidade de “crimes contra pessoa”, e 6 (18%) estão classificadas como crime contra o patrimônio. A redução de chamadas sobre crimes violentos do primeiro para o segundo bimestre pesquisado foi de (15%).

Quanto à disposição das chamadas deste segundo período na capa da Tribuna de Minas, 18 delas (55%) localiza-se acima da dobra, e 15 (45%) se encontram alocadas na parte inferior do jornal.

Ainda no que se refere às chamadas, cabe destacar que o jornal trouxe quatro crimes de outras cidades para sua capa no período estudado. A primeira ocorrência foi veiculada na edição do dia 26/04/2014, com a informação: “Coronel que confessou tortura é morto”. A notícia fala sobre a morte do coronel reformado do Exército, Paulo Malhães, que foi encontrado morto no sítio em que morava, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, com sinais de asfixia. Na ocasião, o fato ganhou destaque nos principais veículos de comunicação do País. Um mês antes da morte, o militar havia confessado participação em prisões e torturas

durante a ditadura brasileira, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade. As investigações da morte do coronel estavam sendo tratadas pela polícia como latrocínio, já que algumas armas de sua coleção particular e outros pertences foram levadas por homens que invadiram seu sítio.

O segundo crime de outro município, que também ganhou destaque no jornal, na edição do dia (06/05/2014), foi a morte de uma mulher espancada por dezenas de pessoas em Guarujá, no litoral de São Paulo, após um boato espalhado em uma página da rede social Facebook, de que a vítima sequestrava crianças para utilizá-las em rituais de magia negra. À época, o linchamento ganhou bastante repercussão na mídia nacional.

O terceiro caso foi veiculado em (14/05/2014), e chama atenção para um crime praticado em Ceilândia, no Distrito Federal, A chamada se refere ao duplo latrocínio (roubo seguido de morte) praticado por um artesão que trancou duas crianças dentro de casa, e em seguida ateou fogo no imóvel. O crime teria sido motivado por causa de uma dívida de R\$ 500 feita pelo irmão das vítimas com autor. Outros veículos de comunicação também repercutiram o caso.

O último crime fala sobre o sequestro de um policial civil na cidade de Cataguases, localizada próximo a Juiz de Fora. O policial teria sido abordado por criminosos perto de uma faculdade do município, sendo obrigado a entrar em um veículo onde foi ameaçado de morte caso continuasse investigando o tráfico de drogas na mesma cidade. Antes de ser abandonado em um local ermo, a vítima ainda teve sua arma e pertences pessoais roubados.

Manchetes secas

Pela diagramação do jornal Tribuna de Minas, geralmente as manchetes secas são encontradas em todas as edições. Sua publicação ocorre uma vez em cada capa, em uma única linha, e ocupa toda extensão do cabeçalho ou do rodapé. A fonte utilizada é um pouco menor, e menos larga do que as das manchetes. Este recurso sempre aparece em negrito, e também garante destaques em meio as demais chamadas.

Neste primeiro período observado, foram publicadas 8 (16%) manchetes secas relacionadas com assuntos de segurança pública ou policiais, e 7 (14%) que se referem a crimes violentos. Todas as manchetes secundárias foram feitas no rodapé da página e deste último índice, todas as matérias se enquadram na modalidade de “crime contra pessoa”.

Em relação às manchetes secas, no segundo bimestre pesquisado houve um aumento de 25% nas veiculações que se referem a segurança pública ou temas policiais, sendo registradas 10 chamadas.

Já os crimes violentos noticiados por meio deste recurso tiveram um aumento de 14%, sendo noticiados em 8 edições. A maior parte dos assuntos foi noticiada no rodapé da página, e houve uma publicação no cabeçalho, antes do nome do jornal, com a notícia “Bando rende estudantes de faculdade” (10/04/2015). Entre os crimes violentos, 5 (62,5%) se enquadram em “crimes contra pessoa” e 3 (37,5%) em crimes “contra o patrimônio”.

Fotografias e foto legenda

A presença de fotografias no jornal impresso é indispensável, o recurso exerce uma importante função no processo de construção da realidade a qual o veículo pretende relatar. Assim como acontece no texto, as imagens também atuam trazendo uma carga de informações ao leitor, estimulando sua percepção acerca dos mais diversos acontecimentos.

Ao descreverem sobre o papel do fotojornalismo no processo da construção de sentido, Frederico de Mello Brandão Tavares e Paulo Bernardo Ferreira Vaz observam que nenhuma fotografia é disposta de forma “inocente” nas publicações em que são veiculadas. Antes, cada imagem possui seu objetivo bem demarcado de acordo com as intenções do jornal.

No jornal, o enquadramento é temático, enquadra-se editorialmente. Há jornais que preferem mostrar a ferida e jornais que preferem mostrar o curativo. A fotografia jornalística é parte de um conjunto de mensagens materializadas em um veículo chamado jornal, cada qual com sua linha editorial, o que reflete diretamente sobre a produção fotográfica. Junto a sua bagagem cultural, ideológica, política, o fotógrafo é orientado a todo momento pela linha editorial do veículo em que trabalha, pela pauta prevista pela editoria daquela cobertura. (TAVARES e VAZ, 2005, p.8)

Neste contexto, é possível estabelecer o grau de importância atribuído por um veículo a determinados assuntos, de acordo com características específicas como a quantidade de fotografias publicadas por ele em relação ao tema, qualidade de impressão das imagens, tamanhos ou espaços em que são apresentadas nas páginas.

Para analisar as fotografias presentes na capa do jornal Tribuna de Minas ao longo dos períodos pesquisados, as imagens foram classificadas em dois grupos. São eles: fotografias e fotolegendas. As fotografias são encontradas acompanhando as manchetes ou chamadas, já as

fotolegendas aparecem dispostas na página de forma isolada, onde imagem e legenda se completam para transmitirem uma informação aos leitores.

No primeiro bimestre analisado, o jornal Tribuna de Minas publicou um total de 5 fotografias e um frame relacionado com assuntos policiais ou de segurança pública, sendo 3 publicações em cada um dos meses. Dentro deste índice, 4 imagens se referem a crimes violentos, estando duas delas relacionadas com chamadas, e as outras duas com manchetes.

A primeira foto está atribuída a uma chamada publicada na edição do dia 10 de abril de 2014, que noticia o homicídio de um homem de 29 anos, encontrado dentro de um Ford Focus no Bairro Recanto dos Brugger, próximo ao Bosque do Imperador, na Cidade Alta, ao mesmo tempo em que informa outro assassinato ocorrido no Bairro Três Moinhos. A imagem aparece em tamanho de destaque, logo abaixo de uma manchete sobre ação de gangues que estariam alterando a rotina de escolas em Juiz de Fora. No detalhe, um policial militar aparece de costas, observando o corpo coberto, já na rua, colocado à frente do veículo onde foi achado, que está parado próximo a uma viatura policial.

A imagem é legendada com a identificação da vítima, e ainda narra as circunstâncias em que o corpo foi localizado: "com o cinto de segurança e fio elétrico enrolados no pescoço e escoriações". Um detalhe interessante, é que, ao lado da cena da tragédia, um cidadão está passando de bicicleta meio que indiferente à cena, e um coletivo segue o seu itinerário em direção oposta, como em qualquer outro dia comum.

A segunda imagem relacionada com a chamada não foi capturada por um fotógrafo do jornal, mas se trata da reprodução de um frame obtido pelo circuito interno de vigilância da câmera de uma loja de vidros automotivos, assaltada três dias antes da publicação, realizada na edição de 15/05/2014. Na cena, o criminoso aparece empunhando uma arma para intimidar a vítima dentro do estabelecimento, A legenda se resume a narrar o episódio e a identificar a localização do fato, enquanto a chamada destaca que o rosto do bandido pode ser visto com nitidez.

Já as fotografias relacionadas com as manchetes se referem ao linchamento de um homem acusado de estupro, dentro de sua própria casa, na Vila Olavo Costa, e ao ciclo de violência criado no mesmo bairro com a execução de jovens. Todas as duas matérias são especiais, escritas pela repórter Daniela Arbex, e uma têm a participação do repórter Eduardo Valente.

A fotografia da matéria de linchamento saiu na edição do dia 20 de maio de 2014, logo após a manchete que destaca o caso. A imagem, de tamanho grande (ocupando quatro colunas), traz em detalhe o cômodo em que a agressão ocorreu, e uma legenda ressaltando que o local “ainda guarda marcas da violência com pedaços de madeira espalhados pelo chão”.



Figura 1: Manchete do Jornal TM do dia 27/05/2014

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas

A segunda imagem ilustra a manchete da reportagem especial de 27 de maio de 2014, com uma fotografia tirada durante o protesto realizado por mães da comunidade da Vila Olavo Costa, que tiveram seus filhos assassinados e se organizaram em um domingo para pedir a paz no bairro. A fotografia aparece em tamanho de destaque logo após a dobra do jornal, abaixo da manchete que se inicia bem próximo ao fim da parte superior da capa, devido à diagramação que deslocou o nome do veículo para baixo ao trazer em destaque uma

fotografia do ônibus da Seleção Brasileira em meio a protesto contra a realização da Copa 2014 no País.



Figura 2: Manchete matéria especial sobre violência, TM 18/05/2015

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas

Nesta imagem, duas mães se abraçam com expressão de tristeza e pesar, enquanto ao fundo outros familiares vestem camisas com a foto dos assassinados. O clima de luto é reforçado ao apresentar as residências do bairro embaçadas. Há, ainda, um contraste da situação de sofrimento com um clima de esperança que é reforçado pelos enfeites para Copa,

ao mesmo tempo em que a bandeira do Brasil, um pouco dobrada pelo vento, sobre as mãos, também parece lamentar a situação de violência enfrentada em um bairro pobre da pátria.

No mesmo bimestre analisado, a Tribuna de Minas trouxe em sua capa 9 fotolegendas com o tema segurança pública. Destas publicações, quatro imagens (44%) abordam casos de crimes violentos, onde 3 (75%) se enquadram em crimes contra a pessoa e 1 (25%) contra o patrimônio. Duas fotolegendas aparecem antes da dobra do jornal. A primeira delas é exibida sem muita qualidade, em tamanho grande, e reproduz um assalto cujo a imagem foi capturada pelo circuito interno de segurança de um posto de combustível no Distrito Industrial, com a legenda que explica o ocorrido (21/05/2014).

A segunda fotolegenda ocupa duas colunas na página, e traz a foto de uma mãe que teve o filho assassinado na Vila Olavo Costa, dentro de uma ONG da comunidade, segurando um artesanato em formato de diversos corações enfileirados que seriam usados num protesto com pedido de paz para o bairro (24/05/2014). A fotografia também é destacada por uma arte amarela, como se emoldurasse a imagem, onde há o título “Contra o extermínio” no cabeçalho, e a explicação sobre o ato, no rodapé.

As próximas fotolegendas aparecem após a dobra do jornal e noticiam homicídios ocorridos na cidade. O primeiro crime saiu na edição de 02/04/14. A imagem tem um tamanho menor, e apresenta um corpo coberto em via pública durante o dia. Ao redor, curiosos observam a cena, e três policiais militares guardam o local do crime próximo a uma viatura. Um detalhe a ser observado, é que ao invés de ser registrada por um fotógrafo do quadro da Tribuna, a imagem foi capturada pelo jornalista de uma rádio pertencente ao mesmo grupo de comunicação.

Já a segunda fotolegenda aparece em tamanho maior, na edição do dia 06/05/2014, com destaque para um homicídio ocorrido durante a noite, no Bairro São Pedro. Na imagem, outro corpo coberto está caído em via pública, ao lado de uma viatura e um cone colocado pela equipe de diversos policiais que fazem a preservação da cena do crime. Ao redor, dezenas de curiosos observam a ocorrência. A fotografia aparece dentro de um fundo azul, com o título chamativo “Assassinato no São Pedro”, com a legenda explicando o fato no rodapé, ao mesmo tempo que ainda informa outro crime ocorrido na Zona Norte da cidade.

Analisando o segundo período estudado, entre abril e maio de 2015, o jornal manteve a quantidade de assuntos publicados em relação a segurança pública ou temas policiais, que

permaneceu em 6 casos. Foram feitas quatro (67%) publicações no primeiro mês e duas no segundo. Dentro deste quantitativo, todas se referem a crimes violentos, sendo duas relacionadas com as chamadas e quatro com as manchetes. Deste total, quatro matérias (67%) se enquadram em crimes contra pessoa, e duas em crime contra o patrimônio (33%).

A primeira fotografia que ilustra uma chamada neste período foi publicada na edição de 18/04/2015, e noticia a prisão de um trio que vinha agindo contra estabelecimentos da cidade utilizando um Fiat Fiorino com placa de Ubá. A imagem aparece em tamanho de destaque logo abaixo da manchete do dia, e apresenta os criminosos dominados, deitados no chão ao lado do veículo usado nas práticas criminosas. Seis policiais militares ainda são mostrados trabalhando na ocorrência, e legenda completa as informações sobre a prisão. A foto foi enviada ao jornal pela própria Polícia Militar.

A segunda imagem tem a ver com o homicídio praticado contra um rap conhecido na cidade como Mc Aice, noticiado em 1º de maio de 2015. Aqui, o jornal se limitou a apresentar o detalhe de uma fotografia da vítima em tamanho pequeno, na parte superior da página.

Já as fotos relacionadas com as chamadas narram respectivamente um assalto cometido contra uma estudante de engenharia na UFJF (11/04/2015), a execução de um trabalhador durante um assalto (14/04/2015), uma atualização do caso Matheus Goldoni (24/04/2015) e o assassinato de uma criança de dois anos.

A primeira imagem aparece em tamanho e posição de destaque na página, e apresenta o sombreamento de um grupo de alunos dentro do Campus da UFJF no período noturno, em um ambiente aparentemente mal iluminado. A legenda completa que por questões de segurança os estudantes evitam andar sozinhos para não serem alvos de roubos.

Na segunda imagem (14/04/2015), a foto que acompanha a manchete também vem em tamanho grande, na parte superior da página, mostrando policiais militares e viaturas em uma área de vegetação da fábrica onde um funcionário foi morto e outro baleado durante assalto. A legenda explica que os criminosos levaram os trabalhadores para uma trilha, onde o crime foi praticado.



Figura 3: Manchete do TM sobre latrocínio 14/04/2015

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas

A penúltima foto, da manchete (24/04/2015), atualiza o caso do jovem Matheus Goldoni, com o resultado de exames solicitados pela Polícia Civil, e ocupa um tamanho menor na página trazendo detalhes do rosto da mãe do jovem, com uma expressão de sofrimento na delegacia. Aqui, a legenda se resume em mencionar que a mãe esteve no local, e pede justiça pela morte do rapaz.

A última foto (08/05/2015), por sua vez, foi tirada dentro do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, durante o enterro da menina Luana Silva, morta a pontapés em um caso de violência doméstica, onde o padrasto e a mãe foram indiciados por homicídio triplamente

qualificado. A imagem mostra o pai biológico abalado, conduzindo o pequeno caixão nos braços, entre os túmulos do cemitério, e ao lado de outros familiares desolados.



Figura 4: Manchete do TM 08/05/2014, Caso Luana

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas

Neste mesmo bimestre pesquisado, o periódico trouxe em sua capa 13 fotolegendas sobre segurança pública, o que representa um aumento de 44% em relação ao período anterior. Deste número, cinco imagens (38%) se enquadram casos de crimes violentos, onde três matérias (60%) se enquadram em “crimes contra a pessoa” e duas (40%) em crimes contra o patrimônio. Do primeiro para o segundo bimestre pesquisado houve um aumento de (25%) no número

Três (60%) destas fotolegendas aparecem antes da dobra do jornal, quase todas as publicações se resumem a mostrar os locais do crime com a movimentação da polícia, onde as

legendas geralmente só explicam os acontecimentos. Duas imagens merecem destaques especiais. Uma delas foi publicada na edição do dia (23/04/2015) e aparece em posição de destaque, acima do nome do jornal, cobrindo toda a extensão horizontal da página. Este crime se trata de um assalto cuja a imagem foi capturada pelo circuito de vigilância de uma lotérica localizada na Avenida Getúlio Vargas.

A outra imagem a ser destacada aparece abaixo da dobra do jornal, e mostra uma missa realizada na data em que o assassinato de Matheus Goldoni completou seis meses. A fotografia traz um detalhe dos pais do rapaz assistindo a cerimônia na igreja em meio a outros amigos e familiares da vítima, e destaca o choro da mãe do jovem. Desde o ocorrido, o caso recebeu o acompanhamento especial por parte do jornal.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não abrir mão de agendar o tema “crime violento” para os leitores, a Tribuna de Minas adota certo distanciamento da questão. Frente aos demais assuntos diariamente relatados em suas capas, apesar de não estarem esquecidos, os crimes violentos ainda ocupam um espaço tímido na primeira página do periódico. A linha editorial adotada pelo veículo demonstra uma preocupação com a presença de conteúdos diversificados e menos agressivos para o leitor.

Nota-se que, no periódico estudado, a violência é levada ao público de forma responsável e objetiva, respeitando-se o valor- notícia e demais critérios de noticiabilidade, evitando posturas facilmente identificadas em publicações sensacionalistas, como uso de humor, trocadilhos e destaque para a crueldade.

A carência de fotografias sobre crimes violentos pode ser facilmente percebida no jornal. A maior parte das chamadas ou manchetes aparece sem o auxílio deste importante recurso de informação. Neste aspecto, o excesso de zelo acaba sendo prejudicial no processo de construção da realidade, pois muitas vezes, ao optar por não ofertar uma imagem, a informação acaba comprometida.

Por outro lado, em casos como os de homicídios, percebe-se que quando opta por retratar as cenas, sempre um ângulo aberto da imagem, mostrando a movimentação policial e de pessoas que estejam ao redor. Mesmo o corpo estando coberto, o veículo não faz a exploração da tragédia.

Da mesma forma, o jornal tem poucas manchetes destinadas ao tema, perdendo a oportunidade de realizar uma exploração positiva do fato, para mudar o cenário de criminalidade do município com pautas mais elaboradas que possam identificar a origem do problema e possíveis formas de correção. Percebe-se uma dependência muito grande dos órgãos de segurança pública para alimentar os conteúdos sobre criminalidade. O periódico aparenta estar muito preso à cobertura policial, onde se limita a narrar os factuais.

Também é possível notar que a linha editorial se preocupa em acompanhar alguns crimes específicos, por sua repercussão ou até mesmo comoção social causada. No período analisado, esta questão pode ser vista no “Caso Matheus Goldoni”, e se evidencia ainda mais

com a morte da menina Luana, que chegou a gerar duas manchetes e duas chamadas em menos de dez dias. Houve ainda o resgate de um crime passionai conhecido como “Caso Jomara”, praticado em 2009, e bastante divulgado pelo jornal.

Entre os acontecimentos citados, cabe uma observação para o detalhe de que a morte de Matheus Goldoni e o crime praticado contra Jomara se deram em regiões nobres da cidade de Juiz de Fora. Esta situação nos permite refletir sobre a função social do jornalismo, ao percebermos que existe a hipótese de outros acontecimentos semelhantes estarem sendo ofuscados pelo perfil econômico das vítimas da criminalidade.

Dentro do período pesquisado, também chama atenção as notícias sobre a violência de outros municípios que foram veiculadas na página do jornal. Três casos receberam atenção por também estarem sendo agendados em outros veículos devido a sua repercussão nacional. Já, um deles, provavelmente pela proximidade do município de Juiz de Fora, alvo de atenção da Tribuna, com a cidade de Cataguases, onde houve o sequestro ousado de um policial civil.

Comparando os índices de criminalidade nos anos em que se encontram os bimestres analisados neste trabalho, podemos perceber que a veiculação de notícias sobre crimes violentos foram proporcionais aos eventos de violência registrados na cidade. De 2014 para 2015, houve uma tímida redução (7%) no número de homicídios em Juiz de Fora, de 141 ocorridos no primeiro ano, para 131, no último. Da mesma forma, o jornal reduziu respectivamente suas chamadas e manchetes sobre a violência em 15% e 55%.

De forma geral, a mídia brasileira ainda precisa alcançar uma cobertura mais compromissada com as questões de segurança pública. É necessário agendar debates sobre a violência não somente nos momentos de crises, ou sobre a ótica da repressão policial que geralmente só contribui para o aumento da violência contra os cidadãos menos favorecidos. Há uma carência de abordagens sensatas que realmente busquem a compreensão dos problemas e apontem medidas eficazes para as diversas situações de conflitos. Este é um desafio para o jornalismo de segurança na atualidade.

7. REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. **Imprensa popular**: sinônimo de jornalismo popular? XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006.

ANDREOLA, Márcia Regina Gonçalves. Diário Mercantil: um marco no jornalismo de Juiz de Fora. Projeto Experimental. Faculdade de Comunicação da UFJF, Juiz de Fora, 1995.

BAESSO, Marise. Marise Baesso: depoimento [fev.2016]. Entrevistador ALVES, Wilian César. Juiz de Fora: UFJF, 2016, 30 minutos em arquivo digital. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso para grau de Bacharel em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

BARBOSA, Marialva; ENNE, Ana Lucia Silva. **O jornalismo popular, a construção da narrativa e o fluxo sensacional**. ECO- PÓS – v.8, agosto- dezembro 2005, p.67-87.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

BARROS, Luiz Ferri de. **O sensacionalismo da imprensa na cobertura de crimes de natureza psicopatológica e suas consequências**. Revista CEJ, imprensa investigativa, Brasília, v.5, n.20, p. 23-29, jan./ mar. 2003.

BEATO, Claudio. A mídia defini as prioridades da segurança pública. in: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Juperi, 2007. p. 33 -36.

BEDENDO, Ricardo. **Segurança Pública e Jornalismo**: Desafios conceituais e práticos no século XXI. Florianópolis: Insular, 2013.

CARAMANTE, André. Letalidade da PM é escandalosa, diz diretor da Anistia Internacional no BR. Em: <http://ponte.org/letalidade-da-pm-de-sp-e-escandalosa-diz-diretor-da-anistia-internacional-no-brasil/>. Acesso em: 08 de dezembro de 2015.

CAROS Amigos: Disponível em: https://issuu.com/carosamigos/docs/pdf_ca_151leitor2/31. Acesso em: janeiro de 2016.

ERBOLATO, Mário L. **Jornalismo especializado**: emissão de textos no jornalismo impresso. São Paulo: Atlas, 1981.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, 5. Ed., 1991.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. **Território da violência**: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: Espaço e Tempo, SP, n. 18, 2005.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. História. São Paulo: Ática, 2. Ed, 2005.

GUERRA, Josenildo. **A avaliação da qualidade jornalística**: desenvolvendo uma metodologia a partir da análise da cobertura sobre segurança pública. In:CHRISTOFOLETTI, Rógerio (Org.). Vitrine e Vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo. Covilhã, Portugal: p. 153-171, 2010 a,

- MACHADO, Marcellus. Marcellus de Castro Machado: depoimento [fev. 2016]. Entrevistador ALVES, Wilian César. Juiz de Fora. UFJF, 2016, 15 minutos em arquivo digital. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso para Grau de Bacharel em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- MOLICA, Fernando. Entre nome e números: uma análise do jornalismo policial. in: RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Juperi, 2007. p. 27-31.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística, in: Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (orgs), 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MUSSE, Christina Ferraz. **A trajetória do Diário Mercantil**: alter ego da cidade de Juiz de Fora. Disponível em < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0491-1.pdf> > Acesso em fevereiro de 2016
- NJAINE, Kathie, e VIVARTA, Veet. Violência na Mídia – Excessos e Avanços. Direitos Negados: a Violência contra a Criança e o Adolescente no Brasil. Brasília: Unicef, 2006.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PILETTI, Nelson e Claudino. História e Vida Integrada. São Paulo: Ática, 2002.
- PEREIRA Junior, Luiz Costa. Guia para edição jornalística. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 2012.
- RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Juperi, 2007.
- REZENDE, Guilherme Jorge. Impasses e perspectivas da imprensa em Minas Gerais. São João Del Rei: UFSJ, 2012.
- RIBEIRO, Gustavo. **Um estudo de caso sobre a adaptação da Tribuna de Minas à Internet**. Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/facom/files/2013/05/Monografia-Gustavo-Santos-Ribeiro.pdf> > Acesso em: 20/11/2015
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RODRIGUES, Michele. Michele Meireles Rodrigues: depoimento [fev.2016]. Entrevistador Alves. Wilian César. Juiz de Fora: UFJF, 2016, email. Entrevista concedida ao trabalho de Conclusão de Curso para grau de Bacharel em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.
- SANGLARD, Jorge. **Homicídios, há três anos, assustam JF**. Disponível em: < <http://www.tribunademinas.com.br/homicidios-ha-tres-anos-assustam-jf/> > Acesso em: 02 de fevereiro de 2016

SANTANA, Wedencley Alves. O “poder paralelo” da imprensa: uma contribuição semântico-discursiva para análises de agenda setting. RODRIGUES, Marlon; SANTANA, Wedencley Alves. (orgs). Discurso e sentido: questões em torno da mídia do ensino e da história. São Paulo: Claraluz, 2007.

SELIGMAN, Laura. **Jornais Populares de Qualidade**: ética e sensacionalismo em um novo fenômeno no mercado de jornalismo impresso. In: VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** UMESP, novembro de 2008.

SILVA, Jailson Souza. A violência da Mídia.in: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Juperi, 2007. p. 93 -97.

SILVA, Luarlindo Ernesto. Era proibido voltar para a redação sem o boneco. In: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Juperi, 2007. p. 16.

SOARES, Luiz Eduardo. **A crise no Rio e o pastiche Midiático**. Disponível em: <<http://luizeduardosoares.blogspot.com.br/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>> Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

TAVARES, Frederico; VAZ, Paulo. **Fotografia jornalística e mídia impressa**: formas de apreensão. Revista FAMECOS, nº 27, agosto de 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Vol I – por que as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VITORINO, Glaciane. Glaciane Fernandes Vitorino: depoimento [fev.2016]. Entrevistador ALVES, Wilian César. Juiz de Fora: UFJF, 2016, e-mail. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Curso para grau de Bacharel em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

WALTZ Igor. **O “jornalista sentado” e condições de produção**: Considerações sobre práticas profissionais na comunicação em rede. 6º. Simpósio Internacional de Ciberjornalismo. Campo Grande, MS, 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de Massa**. São Paulo: Martins Fontes: 2003

7 - ANEXOS

ANEXO A – TABELAS DE EVENTOS DE MANCHETE E MANCHETE SECA

Tabela 1: Tabela de eventos de manchete

Eventos de Manchete	Abril 2014	Mai 2014	Total	Abril 2015	Mai 2015	Total
Segurança pública	08	07	15	05	04	09
Crimes violentos	06	05	11	03	02	05
Crimes violentos c/ a pessoa	03	04	07	02	02	04
Crimes violentos c/ o patrimônio	03	01	04	01	00	01
Crimes violentos com fotos	00	02	02	03	01	04
Crimes violentos sem fotos	06	03	09	00	01	01
Suíte	00	00	00	01	01	02

Tabela 2: Tabelas de eventos de manchete seca

Eventos de Manchete seca	Abril 2014	Mai 2014	Total	Abril 2015	Mai 2015	Total
Segurança pública	04	04	08	05	05	10
Crimes violentos	03	04	07	04	04	08
Crimes violentos c/ a pessoa	03	04	07	02	03	05
Crimes violentos c/ o patrimônio	00	00	00	02	01	03
Suíte	00	01	01	00	01	01

Fonte: Elaboradas pelo próprio autor

ANEXO B – TABELA DE EVENTOS DE CHAMADA

Tabela 3: Tabela de eventos de chamada

Eventos de chamada	Abril 2014	Mai 2014	Total	Abril 2015	Mai 2015	Total
Segurança pública	29	33	64	14	27	41
Crimes violentos	15	24	39	12	21	33
Crimes violentos c/ a pessoa	12	13	25	08	19	27
Crimes violentos c/ o patrimônio	03	11	14	04	02	02
Crimes violentos com fotos	01	01	02	01	01	02
Crimes violentos sem fotos	14	21	37	11	20	31
Acima da dobra	10	12	22	8	10	18
Abaixo da dobra	05	10	17	4	11	15
Suíte	00	00	00	00	03	03

Fonte: Elaborada pelo próprio autor

ANEXO C – TABELAS DE EVENTOS DE FOTOGRAFIA E FOTOLEGNDAS

Tabela 4: Tabela de eventos de fotografia

Eventos de Fotografia	Abril 2014	Mai 2014	Total	Abril 2015	Mai 2015	Total
Segurança pública	03	03	06	04	02	06
Crimes violentos	01	03	04	04	02	06
Crimes violentos c/ a pessoa	01	02	03	02	02	04
Crimes violentos c/ o patrimônio	00	01	01	02	00	02
Crimes violentos na chamada	01	01	02	01	01	02
Crimes violentos na manchete	00	02	02	03	01	04
Suíte	01	00	01	00	00	00

Tabela 5: Tabela de eventos de fotolegenda

Eventos de Fotolegenda	Abril 2014	Mai 2014	Total	Abril 2015	Mai 2015	Total
Segurança pública	03	06	09	07	06	13
Crimes violentos	01	03	04	03	02	05
Crimes violentos c/ a pessoa	01	02	03	02	01	03
Crimes violentos c/ o patrimônio	00	01	01	01	01	02
Suíte	00	00	00	00	01	01

Fonte: Elaborada pelo próprio autor

ANEXO D – TABELAS DETALHADAS COM A RELAÇÃO DE CRIMINALIDADE
NOTICIADA NOS DOIS SEMESTRES ANALISADOS

Tabela 6: Tabela detalhada com relação da criminalidade noticiada em Abril de 2014

DATA	TÍTULO	RECURSO	POSIÇÃO	FOTOS
01/04/2014	Comerciantes apelam para segurança privada	Manchete	Antes da dobra	Sem Foto
01/04/2014	Homem é encontrado morto em matagal	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
02/04/2014	Médica de Juiz de Fora que mandou mutilar ex é presa em SP	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
02/04/2014	Jovem de 24 anos foi morto ontem com um tiro na nuca na Vila Esperança II	Fotolegenda	Depois da dobra	Com foto
04/04/2014	Trio rouba caminhão no Centro	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
05/04/2014	Homem morto com 4 tiros na cabeça	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
06/04/2014	Homem morto a tiros em plena Avenida Rio Branco	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
08/04/2014	Arma de fogo é usada em 77% dos homicídios em Juiz de Fora	Manchete	Antes da dobra	Sem foto
08/04/2014	Bando com arma agride jovem no São Mateus	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
09/04/2014	Mulher é morta a tiros na Zona Sudeste	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
10/04/2014	Homem é enforcado em carro	Chamada	Antes da dobra	Com foto
10/04/2014	Mulher é atingida por bala perdida	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
11/04/2014	Menina abusada por 4 garotos de 9 a 14 anos	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto

13/04/2014	Jovem de 18 anos é vítima de latrocínio na Zona Sul	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
16/04/2014	Roubo com uso de violência vira rotina na Zona Sul	Manchete	Antes da dobra	Sem foto
16/04/2014	Adolescente denuncia rapto e agressão	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
18/04/2014	Adolescente é estuprada na BR-267; autor é preso	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
20/04/2014	Armas desviadas de JF são achadas em outras cidades	Manchete	Antes da dobra	Sem foto
23/04/2014	Dois mortos a tiros na mesma noite	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
23/04/2014	PM atira de helicóptero em jovem de moto	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
24/04/2014	JF totaliza 60 homicídios até agora	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
25/04/2014	Insegurança cria áreas de exclusão de serviços	Manchete	Antes da dobra	Sem foto
26/04/2014	Coronel que confessou tortura é morto	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
29/04/2014	Trio armado rende família no Vina Del Mar	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
30/04/2014	Matadores cobravam até 2500 por assassinato	Manchete	Antes da dobra	Sem foto

Fonte: Elaborada pelo próprio autor

Tabela 7: Tabela detalhada com relação da criminalidade noticiada em maio de 2014

DATA	TÍTULO	RECURSO	POSIÇÃO	FOTO
03/05/2014	BR-040 tem um assalto por dia entre JF e Rio	Manchete	Antes da dobra	Sem Foto
03/05/2014	Jovem de 22 anos é morto em Igrejinha	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
03/05/2014	Ladrão rende mulher em assalto a casa	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
06/05/2014	Assassinato no São Pedro	Fotolegenda	Depois da dobra	Com foto
06/05/2014	Morre mulher espancada por populares no Guarujá	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
08/05/2014	Violência e abandono na Praça da Estação	Manchete	Antes da dobra	Sem foto
09/05/2014	Justiça Condena Ladrões de Condomínio	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
09/05/2014	Recruta é Condenado a oito anos de prisão	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
09/05/2014	Cobrador é achado morto na Zona Rural	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
10/05/2014	Dupla rouba R\$ 30 mil de imobiliária	Chamada	Depois da Dobra	Sem foto
13/05/2014	PoliciaI Mata Irmão com 4 tiros na frente da família	Manchete	Antes da dobra	Sem foto
13/05/2014	Dupla Invade Casa e agride casal e idoso	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
14/05/2014	Cinco lojas assaltadas em menos de 24 horas	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
14/05/2014	Soldado que matou irmão se entrega	Manchete	Depois da	Sem

		seca	dobra	foto
14/05/2014	Artesão queima duas crianças no DF	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
15/05/2014	Câmera flagra assaltantes em loja no Ladeira	Chamada	Depois da dobra	Com foto
15/05/2014	Homem é morto a tiros com filho no colo	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
16/05/2014	Onda de assaltos assusta comerciantes	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
16/05/2014	Homem leva tiro na cabeça em ponto de ônibus	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
17/05/2014	PM atenta a índices de assaltos	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
17/05/2014	Homem invade casa e é morto a facadas	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
18/05/2014	Frentista é agredido por dupla em assalto a posto	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
20/05/2014	Grupo de 30 pessoas invade casa e espanca homem	Manchete	Antes da dobra	Com foto
20/05/2014	Dois homens atingidos por tiro no Grajaú e no Santa Rita	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
21/05/2014	Câmeras flagram ação de dupla armada durante assalto a posto de combustível, na noite de segunda, no Distrito Industrial.	Fotolegenda	Antes da dobra	Com foto
21/05/2014	Rapaz leva cinco tiros no meio da rua no Jóquei Clube	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
21/05/2014	Dupla de BH suspeita de assalto é presa	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
22/05/2014	Adolescente de 14 anos é baleado por três encapuzados	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
23/05/2014	Homem é condenado a 11 anos de prisão por estupro	Chamada	Antes da dobra	Sem foto

24/05/2014	Contra o Extermínio	Fotolegenda	Antes da dobra	Com foto
27/05/2014	Execução de jovens cria ciclo de violência na Olavo Costa	Manchete	Antes da dobra	Com foto
27/05/2014	Mais três pessoas são assassinadas na cidade	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
28/05/2014	Jovem é assassinado na rua na Cidade Alta	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
28/05/2014	Adolescente desaparecido é achado enforcado	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
30/05/2014	Gangues disputam território; um é baleado	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
31/05/2015	Homem perde R\$ 1 mil em assalto na rua	Chamada	Depois da dobra	Sem foto

Fonte: Elaborada pelo próprio autor

Tabela 8: Tabela detalhada com a relação da criminalidade noticiada em abril de 2015

DATA	TÍTULO	CURSO	POSIÇÃO	FOTO
01/04/2015	Queda de 20% nas mortes violentas	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
02/04/2015	Novo delegado quer focar no combate a homicídios	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
02/04/2015	Ladrões interceptam ônibus na BR-040	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
07/04/2015	JF já tem registro de 40 homicídios este anos	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
08/04/2015	Casal de idosos é rendido em apartamento	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
10/04/2015	Bando rende estudantes de faculdade	Manchete seca	Antes da dobra	Sem foto
11/04/2015	Mais um caso de assalto assusta universitários	Manchete	Antes da dobra	Com foto
11/04/2015	Suspeito de crimes na cidade alta é capturado	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
14/04/2015	Trabalhador é executado, e outro é baleado em assalto	Manchete	Antes da dobra	Com foto
14/04/2015	Mestre de obras é rendido e perde mais de R\$ 18 mil em roubo	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
15/04/2015	Polícia Civil investiga suspeita de vingança	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
15/04/2015	Homicídio em condomínio	Fotolegenda	Depois da dobra	Com foto
16/04/2015	Morte na Olegário	Fotolegenda	Antes da dobra	Com foto

16/04/2015	Suspeitos de latrocínio são presos pela Polícia Civil	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
17/04/2015	JF tem quatro homicídios em três dias	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
18/04/2015	PM captura trio de assaltantes que vinha agindo em JF	Chamada	Antes da dobra	Com foto
23/04/2015	PM captura bando suspeito de assaltos	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
24/04/2015	Assalto a lotérica	Fotolegenda	Antes da dobra	Com foto
24/04/2015	Laudo descarta uso de droga e bebida por Matheus	Manchete	Antes da dobra	Com foto
26/04/2015	Taxista é atingido de raspão por bala perdida	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
28/04/2015	Criança é baleada durante tiroteio	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
30/04/2015	Jovem é morto com tiros à queima-roupa	Chamada	Depois da dobra	Sem foto

Fonte: Elaborada pelo próprio autor

Tabela 9: Tabela detalhada com a relação da criminalidade noticiada em maio de 2015

DATA	TÍTULO	RECURSO	POSIÇÃO	FOTO
03/05/2015	Briga de trânsito deixa dois feridos	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
03/05/2015	Cidade tem dois homicídios no feriado	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
05/05/2015	Cidade chega a 50 homicídios neste ano	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
06/05/2015	Ex de Jomara é condenado a dez anos	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
07/05/2015	Condenado em caso Jomara vai recorrer	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
07/05/2015	Acareação entre irmão e segurança de boate	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
08/05/2015	Criança de 2 anos é espancada e morta	Manchete	Antes da dobra	Com foto
08/05/2015	Mulher é rendida ao entrar na garagem	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
08/05/2015	Adolescente de 17 anos é morto com sete tiros	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
09/05/2015	Adolescentes respondem por 10% dos flagrantes	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
09/05/2015	Assalto a agência Pague fácil	Fotolegenda	Antes da dobra	Com foto
13/05/2015	Irmã de Luana está sob a guarda de tia paterna	Chamada	Depois da dobra	Sem foto

14/05/2015	Padrasto já havia sido acusado de cárcere privado	Manchete	Antes da dobra	Sem foto
14/05/2015	Idoso é achado morto em sítio pelo filho	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
15/05/2015	Pai diz que mãe de Luana era agressiva	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
15/05/2015	Policial civil é alvo de sequestro em Cataguases	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
16/05/2015	Missa para Matheus Goldoni	Fotolegenda	Depois da dobra	Com foto
19/12/2015	Hip Hop de JF perde MC Aice, morto à tiros	Chamada	Antes da dobra	Com foto
20/05/2015	Morte na Avenida	Fotolegenda	Ao centro	Com foto
22/05/2015	Mulher é baleada no comércio durante assalto	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
23/05/2015	Pais serão indenizados por morte do filho em Juiz de Fora	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
26/05/2015	Três crianças já foram ouvidas pela polícia	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
26/05/2015	Jovem é achada morta a tiros na Zona Norte	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
26/05/2015	Assaltos mudam hábitos no comércio	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto
27/05/2015	Militar é condenado por morte	Chamada	Depois da dobra	Sem foto
28/05/2015	Idosa é vítima de sequestro relâmpago	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
28/05/2015	Gêmeos podem ter ingerido veneno	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
28/05/2015	Jovem de 17 anos é achado morto no Náutico	Chamada	Depois da dobra	Sem foto

29/05/2015	Polícia vai pedir que treinador fique preso	Chamada	Antes da dobra	Sem foto
29/05/2015	Corpo de um homem negro foi resgatado ontem, pelo Corpo de Bombeiros no Parque da Lajinha	Fotolegenda	Depois da dobra	Com foto
30/05/2015	Suspeita de tortura contra 8 jovens	Manchete seca	Depois da dobra	Sem foto

Fonte: Elaborada pelo próprio autor

ANEXO E – CAPAS DE DESTAQUE NOS SEMESTRES ANALIZADOS



Figura 5: Manchete do TM insegurança no comércio 01/04/2014

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas



Figura 6:Fotolegenda TM sobre homicídio 02/04/2014

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas

Tribuna de Minas
www.tribunadominas.com.br

MAPA DA VIOLÊNCIA 2013

Arma de fogo é usada em 77% dos homicídios em JF

Estudo mostra também que 45% das mortes violentas foram motivadas por ódio, desentendimentos, acertos de conta e crimes passionais e acidentais. Página 3

Acidente acaba em agressão



Farmácias de manipulação interditadas

Atendimento 'irregular' a idosos

1º escalão da PUF não muda com eleições

Caminhão tomba em curva



Acidente envolvendo veículo e Brasília interditou a Alameda Iva Meilo Reis e deixou quatro feridos ontem. Página 4

ta de luz sobe 14% a partir de hoje

reajuste para consumidor residencial da Cemig foi autorizado ontem pela Aneel. Página 5

COMERCIAL: Compra R\$ 2,21 Venda R\$ 2,21 PARALELO: Compra R\$ 2,30 Venda R\$ 2,42 TURISMO: Compra R\$ 2,23 Venda R\$ 2,34

Figura 7: Manchete TM sobre o uso de armas de fogo em homicídio 08/02/2014

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas



Figura 8: Chamada sobre homicídio no jornal TM do dia 10/04/2014

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas



Figura 9: Manchete TM sobre roubo com violência 10/04/2014

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas



Figura 10: Fotolegenda TM sobre homicídio 06/05/2014

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas

Tribuna de Minas
 www.tribunademinas.com.br

TRAGÉDIA NA ZONA NORTE

Policial mata irmão com 4 tiros na frente da família

O crime aconteceu domingo na Barbosa Lage. Irmão do PM teria chegado nervoso em casa e, após um desentendimento, ameaçou o irmão, que atirou. **Página 3**



Restos ósseos encontrados na localização do crime de um soldado falecido há 10 dias. Após três dias, São João é removido do site

REITOR ANUNCIA NOVO IJU E POSTO DE SAÚDE NO CAMPUS
 Reitor José Carlos Oliveira anunciou a criação de novos IJU e clínica de pronto atendimento no campus. Investimento em tecnologia e reforma do IJU no Centro. **PÁGINA 4**

CABO DA PM É AGREDIDO DURANTE AÇÃO NA VILA IDEAL
 Policial levou em socorro durante buscas, e não foi socorrido. Estreou um disparo de bala de borracha para conter o suspeito, que fugiu. **PÁGINA 3**

BOTAFOGO CHEGA HOJE À TARDE A JUZ DE FORA
 Marconi deve repetir contra o Goiás na decisão que garante o título. Cresce o risco de novo jogo. Foram observados pelo a Distância de Juvêncio na Municipal. **PÁGINA 12**

TEATRO LOCAL TEM 15 ESTREIAS PREVISTAS ESTE ANO
 Projetos artísticos em cartaz de maio a dezembro. A temporada começa nesta sexta com o infantil "O conto da Inocência" e "A casa dos vizinhos" aos

Dora de nova ponte entra na reta final
 A obra de construção da ponte de Dora está em fase final. O trabalho de instalação de cabos e a colocação das vigas de concreto já estão concluídas. A ponte será inaugurada em dezembro. **PÁGINA 1**

Ladrão rouba carro na Zona Norte e capota
 Um acidente envolvendo um veículo roubado ocorreu na Zona Norte. O motorista foi ferido e o carro capotou. A polícia está investigando o caso. **PÁGINA 1**

Dupla invade casa e agride casal e idoso
 Um casal foi invadido em suas casas e agredido por uma dupla de indivíduos. O idoso sofreu ferimentos graves. A polícia está em busca dos suspeitos. **PÁGINA 1**

UFJF pagará salário de ferceirizados
 A UFJF anunciou que pagará o salário dos ferceirizados. A medida visa garantir o pagamento dos trabalhadores terceirizados. **PÁGINA 1**

Uso de álcool no país supera média mundial
 O consumo de álcool no Brasil ultrapassou a média mundial. Segundo dados recentes, o consumo per capita é superior ao de outros países. **PÁGINA 2**

Remédio pós-quinioterapia será custeado
 O tratamento pós-quinioterapia será custeado pelo SUS. A medida beneficia milhares de pacientes. **PÁGINA 3**

Massa de ar frio perde força, mas baixas temperaturas vão continuar. Página 3

Mercedes corta jornada na planta local
 Com retração no mercado de caminhões, montadora alemã reduz semana de trabalho em JF. **Página 3**

DÓLAR COMERCIAL: Compra R\$ 2,21 - Venda R\$ 2,21 - PARALELO: Compra R\$ 2,20 - Venda R\$ 2,20 - TURISMO: Compra R\$ 2,26 - Venda R\$ 2,26

Figura 11: Manchete TM sobre homicídio, 13/05/2014

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas



Figura 12: Fotolegenda sobre manifestação contra violência na TM 24/05/2015

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas



Figura 13: Manchete de assalto na UFJF, TM 11/04/2015

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas



Figura 14: Fotolegenda TM sobre homicídio 16/04/2015

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas



Figura 15: Manhete TM, Caso Matheus Goldoni 24/04/2015

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas



Figura 16: Chamada com foto sobre prisão de assaltantes, TM 18/04/2015

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas

ANEXO E – REPRODUÇÃO DO WHATSAPP DA POLÍCIA CIVIL EM JUIZ DE FORA



Figura 17: WhatsApp Polícia Civil com aviso de coletiva

Fonte: Reprodução do jornal impresso Tribuna de Minas

9- APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM MARISE BAESSO

Marise Baesso é editora da editoria “Dia a Dia” do jornal Tribuna de Minas, e foi repórter do mesmo jornal durante dois anos. Também atuou na Rádio Solar, pertencente ao mesmo grupo de comunicação, e foi chefe de reportagem na Rádio Itatiaia. É mestre em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da UFJF, e faz doutorado na mesma instituição. Atualmente também é professora do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES).

Como é feita a cobertura policial no Jornal Tribuna de Minas:

A gente tem uma reunião de editores diária, e na segunda- feira a gente tem uma reunião de pauta entre os editores para definir principalmente o jornal de domingo. Fora isso, tem o pauteiro que chega de manhã e dá uma olhada em tudo, para ver se tem alguma coisa acontecendo na polícia e em todos os setores de Juiz de Fora. Também são verificados assuntos nacionais e internacionais que possam ter alguma repercussão aqui na cidade.

Como a parte de polícia é muito específica, e a gente precisa de muita fonte ou de ser informado rapidamente, então tem os repórteres que são setorizados na polícia. Pela manhã é a Sandra Zanella, que chega às 8h30, e fica por conta de olhar tudo. Então ela vai até a delegacia de polícia e aos batalhões quando é necessário, e também pega a Sinopse que a Polícia Militar manda diariamente para ver o que chegou.

Algumas coisas a polícia não manda. Por exemplo: ontem a gente teve um caso denunciando a polícia de um morador de rua que foi agredido. A polícia não vai botar isso na sinopse. Então a gente, eventualmente, conta com as pessoas ligando e denunciando. Neste caso foi o Centro de Direitos Humanos que denunciou, e nós corremos atrás.

Então, a cobertura policial começa de manhã com a Sandra Zanella, que tem as fontes dela. A Sandra olha a Sinopse, faz ronda de quarenta em quarenta minutos ligando para as policias Militar, Civil, Rodoviária Federal e Polícia Militar Rodoviária. Quando tem alguma coisa na Policia Federal a gente liga também, mas a ronda não inclui a Polícia Federal, porque lá não é toda hora que tem as coisas.

A Sandra fica até às quinze horas, e outra repórter, que é a Michele Meireles, chega por volta das treze. Então elas se encontram e uma passa para a outra o que tem, aí a Michele vai dar continuidade ao trabalho pela tarde. Mesmo que a Sandra não vá à delegacia, a Michele com certeza vai, porque a polícia exige esse contato muito próximo. Você precisa ter fontes que confiam no seu trabalho.

Na polícia muitas vezes elas se pautam, observando as coisas. Por exemplo: essa semana elas e nós, editores, observamos que o número de roubos de veículos estava crescentes na cidade. Então eu falei que isso caberia mais que uma matéria comum, e seria preciso apurar, pegar

todos os números e investigar a causa disso. Aí a Michele foi atrás e fez uma matéria maior, que a gente dá um pouco mais de destaque.

Há mais algum repórter envolvido com a cobertura desta área?

Fora as duas que trabalham diretamente com a polícia, a gente tem o Marcos Araújo, que geralmente faz matérias mais de denúncia nesta área. Ele investiga mais, e tem o trabalho de fazer umas matérias mais analíticas e de pesquisa. Porque a gente entende que a polícia para ter você como fonte, se você começa a fazer matérias de denúncia contra ela, ela passa a não confiar em você. Geralmente são estes três repórteres. Pela noite, depois que a Michele vai embora, tem um plantonista que faz as rondas. Se tiver alguma coisa ele vai fazer a matéria. O fechamento da editoria Dia a Dia ocorre às 21h, e em caso muito extremo isso pode atrasar. Mas é só em caso de crimes muito extraordinários.

O que faz um crime ganhar destaque na capa da Tribuna de Minas?

Definir o que vai ser pauta ou destaque depende do que você tem. Hoje, por exemplo, a gente tem um estupro seguido de morte. Isso é gravíssimo, e com certeza a gente vai dar um destaque maior, mas vai depender de outras notícias que tenha também. Nós estamos em uma semana que nada bate a Dengue. A Dengue matou seis pessoas, e dificilmente qualquer matéria de polícia vá receber um destaque maior do que este assunto.

Como a violência ganhou espaço no Tribuna de Minas?

Há uns três anos atrás, a gente teve um período que a cidade começou a ter um aumento no número de homicídios. Nesta ocasião, a violência começou ganhar mais destaque na Tribuna. O jornal não dava muitas manchetes para a violência, mas a cidade mudou e o jornal acompanhou. Aí as pessoas ficavam perguntando por que o jornal estava ficando tão violento. Não era o jornal que estava mudando, mas a sociedade que estava mais violenta, e a gente entendeu que isso merecia um destaque um pouco maior. Não era comum tanto homicídio aqui, e percebendo isso, a violência começou a alçar mais espaço na Tribuna.

Depois, houve uma banalização destes crimes. Aí o jornal foi acompanhando, fazendo mais análises, procurando saber o motivo disso. Fizemos matérias elucidativas neste sentido, mostrando que estava mais fácil ter arma por causa daquele derrame de armas que foi provocado pelo Exército, que recolheu as armas entregues devido ao Estatuto do Desarmamento, e depois essas armas foram encontradas com vários criminosos jovens e adolescentes. Isso aí foi um divisor de águas na cobertura que envolve a questão da segurança pública. A partir daí, esta cobertura ganhou mais destaque por conta do número de mortes violentas que cresceu assustadoramente na cidade, atingindo a classe média também. Vindo para outras regiões da cidade onde antes não era comum.

O repórter policial acaba adquirindo uma proximidade muito grande com as fontes. Como que o jornal se comporta se for preciso fazer alguma denúncia contra a polícia?

Sempre que tem alguma coisa a gente investiga, e só tomamos o cuidado de não colocar os mesmos repórteres que fazem a cobertura da área policial. Não que o repórter tenha algum laço com a fonte, porque ele tem que ser independente e o seu compromisso tem que ser com o leitor. Só que é inviável não criar laços. Agora, com o WhatsApp, por exemplo, está todo mundo no aplicativo, e a Michele especificamente tem um contato maior com todos eles. Tudo eles informam para ela primeiro. Então, como que você tem uma relação muito estreita com um órgão e no dia seguinte você o denuncia? O profissional vai ficar queimado, porque o corporativismo existe demais. Há casos em que o repórter não assina a matéria, e a publicação sai em nome do jornal. Mas, todas as denúncias que a gente tem, são feitas.

Nem sempre o crime violento, como o homicídio, vai para a capa do jornal. Qual é o motivo disso?

Quando começou, nós começamos a denunciar demais, e aquilo ia todo o dia para a capa. Depois o crime começou a ficar banalizado, e a gente entende que para ser uma matéria, tem que ser uma matéria mais analítica. Qualquer morte que aconteça vai para o site, e só vai para o jornal quando é uma coisa que a gente entende que tem mais repercussão para os nossos leitores, que chame atenção dentro da cidade, ou que seja mais grave por não acontecer tão facilmente. Se no final do mês a gente perceber que houve um número maior de morte ou outro crime violento, aí sim analisaremos o motivo. Vamos fazer um infográfico mostrando quais as regiões da cidade que isto está acontecendo, trazer uma informação mais detalhada.

Eu sei que muitas vezes a gente cobre determinados bairros da cidade até deixando a desejar. Muitos bairros periféricos aparecem no jornal muito estigmatizado, só com a questão da violência. Mas a gente sempre tá de olho nisso, tentando que a coisa não seja tão assim. Por isso fizemos uma série sobre a periferia, fizemos série sobre o negro, em novembro, e temos procurado mostrar este outro lado além da violência. A forma como a gente divulga e narra a violência é uma coisa que nos preocupa, até para não causar este estigma na população.

Acontecendo alguma coisa em São Mateus, que é um bairro mais populoso, mais próximo da gente, e de classe média alta, acaba saindo no jornal. Até pelos valores notícia que isso tem. Se alguém mata uma pessoa na Avenida Rio Branco, por exemplo, com certeza isso vai para o jornal. Agora, se matarem um lá na Simeão de Farias, no Santa Cruz, nem sempre a matéria vai para a capa. O que vai para capa infelizmente não segue a questão de direitos humanos, as questões que a gente considera correta e igualitária. A notícia é uma mercadoria, então vai para capa aquilo que a gente entende que tem um maior valor notícia, que envolve mais gente, ou seja mais espetacular.

Mesmos que a gente tenha tantos dilemas, você está em um veículo que vende notícias. Então você acaba sendo engolido por estas questões mercadológicas. A gente sabe que poderia não

estar trabalhando daquele jeito, mas também você está preso nesta questão do jornalismo de todos estes valores notícias aí que envolve principalmente a questão da criminalidade.

O principal valor notícia é a morte. Você trabalhar com a questão da morte que está muito próxima, todo mundo quer saber o porquê que morreu, os detalhes. Mas se todo o dia estiver morrendo um na Vila Olavo Costa, por exemplo, a gente vai fazer uma matéria. Nós fizemos uma matéria que as pessoas estavam andando com arma na cintura lá, mas foi uma matéria mais profunda. Porque a partir do momento que banalizou, a gente vai fazer uma matéria que leve uma coisa a mais que informe, que forme, que procure uma reflexão maior e mexa com as autoridades, com bairro e com a sociedade.

Como funciona o banco de dados do Jornal?

A gente sempre percebeu que as instituições ligadas às áreas de segurança pública de Juiz de Fora não tinham dados próprios. Toda vez que a gente pedia um dado, principalmente de um dia para o outro, não conseguíamos. Depois a gente começou a perceber, principalmente no caso da morte, que foi mais gritante, que as estatísticas vinham com números reduzidos. Então a repórter Sandra Zanella começou a ficar responsável por esta estatística no jornal. Inclusive é esta estatística que alimenta as informações do laboratório da Universidade Federal de Juiz de Fora. A Sandra acompanha não só as mortes que acontecem imediatamente, mas o estado de saúde das pessoas que são esfaqueadas e levam tiros, ou estão nos hospitais.

O nosso trabalho é um levantamento jornalístico, e não há cientificidade nisso. Porque a polícia trabalha de outra maneira, com homicídios que aconteceram na hora. Nós trabalhamos com morte violenta como o latrocínio e lesão corporal que evoluiu pra homicídio. Então tudo a gente coloca nesta mesma estatística, e a polícia trabalha de uma outra maneira., assim como IBGE, como outros órgãos. A gente foi fazendo isso pela carência que é aqui, porque os números oficiais não batiam com a realidade.

Com qual frequência os repórteres vão aos locais de crimes para fazer a cobertura?

Tudo depende do horário. Se for um crime durante o dia, um em um local extraordinário a gente vai. Se for um crime de repercussão, dependendo da hora a gente vai. Se for um crime depois das 20 horas, só de for um crime de repercussão. Se não for, a gente já teve caso de ir em determinados bairros a noite e ser meio enxotado.

Qual o critério para fotos de crimes na capa do jornal?

Tudo vai depender do dia noticioso. Tem dia que não tem foto nenhuma e a gente precisa daquela. Ou depende da repercussão e do valor que elas tenham. Mateus Goldoni, por exemplo, que é o caso que a gente acompanhou. Foram lá reconstituir o crime, então vai estar na capa. Todos os dias as 18h a gente vem para a reunião e discute.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM MICHELE MEIRELES

Michele Meireles Rodrigues tem 28 anos, se formou no ano de 2010, pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Antes de trabalhar na Tribuna de Minas passou pelas redações do jornal Diário Regional de Juiz de Fora e pela TVE. Disse não ter escolhido o jornalismo policial, mas foi fazendo matérias deste tipo nos outros veículos e lá conseguiu suas fontes, assim, continuou na área na Tribuna de Minas.

Como é realizada a cobertura policial diária no jornal Tribuna de Minas?

Quando chego ao jornal, 13h, converso com a repórter que cobriu polícia de manhã, para saber quais casos ocorreram, quais terão desdobramentos. Logo após, faço ronda por telefone, para saber se há alguma coisa de destaque em andamento. Ligo, a cada 40 minutos, para a PM, Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal e pelotão rodoviário da PM. No meio da tarde vou para a delegacia de Polícia Civil, onde um período converso com delegados e policiais e vou ao plantão da PM, sempre atrás do que está ocorrendo ou de desdobramentos de casos relevantes. Também vou a locais de crimes. Após as apurações concluídas, volto para a redação, onde escrevo as matérias.

De que forma se dá a relação com as autoridades policiais ou do Judiciário?

É uma relação bastante amistosa

Existe alguma dificuldade ou resistência em obter informações sobre determinados assuntos?

Acredito que hoje em dia não mais.

A frequência diária em ambiente policial pode gerar certo grau de amizade com determinados membros das instituições. Em que pontos isso influencia na cobertura, tanto em aspectos negativos, quanto nos positivos?

Sim, acaba gerando, já que temos um convívio diário e próximo. Acho que, mesmo que não se mantenha laços de amizade, acabamos conseguindo a confiança dos policiais, que nos passam até mesmo coisas exclusivas. Sobre os pontos negativos e positivos, não sei avaliar, mas o principal é manter a ética e saber o relacionamento fora e dentro do trabalho. Por exemplo, se algum deles estiver envolvido em algum escândalo, nunca deixaria de fazer a matéria por serem amigos.

Qual a importância atribuída a Sinopse da Polícia Militar nesta captura de informações?

Geralmente, é a partir da sinopse que começamos nossas apurações. Mas, em muitas ocasiões, ocorrências importantes não entram. Tomamos conhecimento delas através de nossas fontes policiais ou mesmo de leitores que ligam relatando o que houve.

Como ir além da Sinopse?

Acredito que este seja o diferencial da Tribuna de Minas. Buscamos sempre encontrar as pessoas que estão naquela “história”, e, desta forma, enriquecer a matéria. Também procuramos aprofundar naquele assunto da ocorrência. Por exemplo, como ele impacta a sociedade como um todo, o que pode gerar... entre outras coisas.

Com que frequência ocorre o acompanhamento das ocorrências no local do fato? (Presença do repórter e fotógrafo na cena do crime).

Geralmente vamos aos locais de crimes mais graves, como homicídios e roubos, e também de acidentes com mortes ou que impactem o trânsito. Mas isto não é uma regra, os critérios para irmos aos locais depende de uma decisão editorial, da relevância do caso, por exemplo.

Existe algum esquema de plantão para as equipes além do expediente? (fim da noite, madrugada, sábados, domingos e feriados)

Aos sábados sim, depois que saio, às 19h, fica um repórter por conta da ronda até 21h.

Há espaço e tempo para pautas mais elaboradas sobre a criminalidade ou segurança pública?

Sim. Este é um dos propósitos do jornal. Irmos a fundo, não ficarmos apenas nos registros policiais. Sempre fazemos estes materiais mais elaborados, ouvindo especialistas, buscando dados, consultando documento e indo a campo.

O jornal tem um banco de dados próprio para registro de crimes violentos? Por quem, como e com que frequência ele é atualizado?

Sim, fazemos levantamentos dos casos de roubos e homicídios, é atualizado diariamente.

Em relação à operação deste banco de dados, qual é o grau de facilidade ou dificuldade para interpreta-lo ou manuseá-lo? O sistema adotado é um software?

É um documento criado pelos repórteres que cobrem polícia, vamos, nós mesmos, pegando os casos diários e colocando nesta planilha, que fica salva no nosso sistema, onde todos da redação conseguem acessar.

Como você avalia a comunicação da Polícia Civil via grupo no WhatsApp? Há outros grupos semelhantes com a mesma frequência de atuação entre as autoridades na cidade?

Depois da criação dos grupos de WhatsApp pelas polícias Civil e Militar há uma maior celeridade em conseguirmos as informações. Os policiais que estão atendendo a ocorrência, muitas vezes, nos enviam fotos, vídeos e informações em tempo real. Sem dúvidas, é uma ferramenta que nos auxilia muito. A partir destas informações preliminares, que nós

repórteres repassamos aos nossos editores, também conseguimos definir se “vale” irmos aos locais dos fatos, por exemplo.

APÊNDICE C– ENTREVISTA COM MAJOR MARCELLUS DA PMMG

Marcellus de Castro Machado é assessor de comunicação organizacional da 4ª Região de Polícia Militar (4ªRPM)

Como é a relação da PM com a imprensa em Juiz de Fora?

O relacionamento da Polícia Militar com a imprensa em Juiz de Fora é o melhor possível. Nós, aqui, nunca iremos trabalhar sonhando qualquer tipo de informação porque nós sabemos que a imprensa, ela tem uma responsabilidade acerca da informação. Então, quando nós temos um bom contato, nós temos a certeza que a imprensa ela é nossa parceira no sentido de ajudar e contribuir para a sensação de segurança na comunidade.

Qual a importância do trabalho da imprensa para a PM?

Não existe dizer que a Polícia Militar é mais importante que a imprensa ou a imprensa é mais importante que a Polícia Militar. Como assessor de comunicação da 4ª Região, eu percebo que a imprensa ela tem um valor fundamental em nos apoiar, no sentido de dar transparência as ações policiais e as operações que são realizadas. E também para capitalizar todos os resultados visando dar transparência ao serviço policial. Porque a PM trabalha neste sentido de legitimidade e autoridade com base nas leis. Então, nós temos a imprensa como este aliado no sentido de repassar todas as ações voltadas a comunidade de forma legal, justa e garantindo os direitos e preservando a integridade física de todo o cidadão mineiro.

Em quais situações a Polícia Militar recorre a imprensa da cidade para repassar alguma informação?

Nós repassamos todas as informações possíveis que são importantes para a comunidade. Temos um franco acesso a todos os órgãos de imprensa da cidade, e apresentamos estatísticas, resultados de operações e damos ênfase não só as grandes emissoras, mas também as faculdades. Nós sabemos que da Facom irão surgir âncoras de grandes jornais, repórter que trarão grande informação para a comunidade no serviço de comunicação.

Quais são as ferramentas de contato da PM com os veículos de comunicação da cidade?

Aqui nós temos uma gama enorme de veículos de comunicação com a imprensa. Nós ligamos para os editores, temos grupos de WhatsApp criados, estamos criando o Facebook da Polícia Militar em Juiz de Fora, vamos inovar também criando o Twitter de notícias e também temos os releases que são enviados diariamente, além dos telefones da sala de imprensa que ficam ligados à disposição de todos os repórteres.

A Assessoria de Comunicação da PM tem trabalhado constantemente, visando cada vez mais estreitar os laços com os órgãos da imprensa. Aqui na região eu procuro atender a todos sem distinção, desde a ligação da Rádio Facom, até os demais veículos. A gente busca a todo o momento passar informações. Entendo eu que quando há uma relação mais amistosa, essa relação ela faz com que nós possamos trabalhar em conjunto, visando não só o derramar da notícia no meio da rua, mas levando uma informação responsável e que possa trazer frutos

para a comunidade. Não é só divulgar um crime de arrombamento, mas informar que se naquele arrombamento tivesse tido alguma forma de autoproteção daquele cidadão, em companhia com os vizinhos ou outra pessoa da comunidade, possivelmente aquela casa não seria arrombada.

Por isso eu faço constantes visitas aos órgãos de imprensa, porque isso aí faz com que você crie um vínculo com os repórteres para que haja uma melhor forma de transmissão da notícia na cidade de Juiz de Fora e região.

Com que frequência os aplicativos são utilizados?

O mundo hoje ele não vive sem a tecnologia. Nós precisamos utilizar a tecnologia de uma forma mais proativa e mais responsável. Então, nós solicitamos aos policiais que possuem estes veículos de comunicação, que eles possam usá-lo visando repassar notícias interessantes para a comunidade. Pedimos para utilizar de forma responsável, para evitar divulgar assuntos que tragam a sensação de insegurança. Recentemente, quando eu estava como comandante em uma companhia em Belo Horizonte, nós criamos um grupo de WhatsApp na Savassi. A redução de criminalidade lá, com o grupo, foi entorno de 40% nos dois primeiros meses em que os comerciantes e moradores, conectados entre si, junto com alguns militares, tinham algumas ações voltadas para a segurança. Essa rede social é bem proveitosa para o ambiente policial militar.

Como o senhor define a Sinopse da Polícia Militar, e desde quando ela foi adotada na instituição?

A Sinopse ela vem desde os idos da década de 80, quando existia muito a visita do repórter na Sala de Imprensa. Muitas e muitas vezes eu me deparo com algumas fotos de repórteres que chegavam na sala de imprensa e se sentavam para colher a informação. Nós temos fotos de repórteres sentados numa mesinha redondinha lendo o boletim de ocorrência que eram feitos em três vias. Hoje nós temos o Reds que é informatizado, mas nos idos passados o boletim de ocorrência era carbonado e o policial escrevia na mesma hora em uma via branca, uma rosa e outra amarela. Esse release chegava na sala de imprensa e o P5 vinha para fazer uma entrevista que acontecia ali mesmo. Hoje, com o REDS já tem uma informatização muito melhor. Nós já conseguimos catalogar o dado diretamente do REDS, então a gente percebe que o release ele tem dado uma melhorada.

A comunicação na polícia evolui bastante. Hoje, lá em Belo Horizonte, nós temos um Centro de Jornalismo policial. Antigamente existia só a sala de imprensa com um capitão, e hoje nós temos um tenente coronel que faz a catalogação desses dados que são repassados para lá. A evolução da comunicação da Polícia Militar foi bem grande. Hoje você tem uma sala de imprensa, eu tenho aqui repórteres que são funcionários contratados pelo Estado para trabalharem comigo. No ano passado, nós tivemos uma capacitação com um grupo de P5, assessores de comunicação de toda a 4ª Região, para colocar qualidade no serviço de release. Este ano nós já vamos fazer o segundo encontro. Queremos mandar para a imprensa um release que não só traga a informação do crime, mas que também ofereça dicas de segurança que podem ser passadas pela sociedade.

Qual o critério utilizado para elaboração de uma Sinopse?

A Sinopse, quando a gente encaminha para a imprensa, realmente é feito uma triagem onde se verifica a importância daquela ocorrência. A gente divulga as ocorrências de maior vulto como os homicídios e os assaltos, e tudo de forma responsável. Não é simplesmente chegar, e se ocorreu um homicídio expor a vítima ou a família. Os suicídios não são encaminhados, e nos casos envolvendo menores a gente também procura preservar ao máximo a identidade.

Quem é o responsável por essa triagem?

Nas salas de imprensa nós trabalhamos em equipe. Nós temos alguns funcionários, e todas as demandas de uma sala de imprensa passam desde o repórter, funcionário civil, até o chefe da seção. Seja aqui na região, como major, ou nas P5 de unidades, até ao tenente.

Há algum comportamento da imprensa que prejudica o trabalho da polícia?

No período que eu estou aqui na sala de imprensa eu nunca cheguei a verificar fatos como esse não. Mas a gente tem uma cautela de repassar algum tipo de informação. Se você tem um assalto a coletivo em um mês, e no mês posterior você tem dois assaltos. Noticiando que estatisticamente aumentou em 100%, há uma mensagem subliminar da sensação de insegurança. Quando você fala que aconteceu um caso de um para dois, a matéria é a mesma, contudo a pessoa vai perceber que em números absolutos isso não é tão alto. Então, alguma coisa a gente passa para os órgãos de imprensa, no sentido de nos apoiar com isso

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM GLACIANE FERNANDE VITORINO

Glaciane Fernandes Vitorino é assessora de comunicação do 4º Departamento de Polícia Civil de Juiz de Fora

Como é o relacionamento da Polícia Civil de Minas Gerais com a imprensa em Juiz de Fora?

A relação da Assessoria de Comunicação do 4º Departamento de Polícia Civil de Juiz de Fora (4º DEPPC) com a imprensa é pautada na ética e no respeito aos profissionais da imprensa, bem como às diretrizes institucionais da Polícia Civil de Minas Gerais. Estamos sempre em busca de ferramentas ou mesmo novas atitudes que possam facilitar o trabalho dos jornalistas, bem como o da própria Assessoria. E, em mais uma entrevista, reforçamos que essa construção diária de relacionamento eficiente e eficaz é fortalecida seguindo princípios básicos e preceitos éticos, essenciais para o exercício da profissão e para o compromisso com o interesse público.

Qual a importância do trabalho da imprensa local para a Polícia Civil, e de que forma ela contribui com o trabalho da instituição?

A imprensa local tem um papel fundamental e importante para a Polícia Civil, visto que divulga as ações do 4º Departamento de Polícia Civil de Juiz de Fora, demonstrando o empenho e a dedicação dos policiais civis que trabalham diuturnamente em meio a investigações e operações. É o meio pelo qual a Instituição pode se expressar diante da sociedade, seja na prestação de contas das ações realizadas, seja com respostas rápidas sempre visando o bem-estar e a qualidade de vida da população.

Em quais situações a PC recorre a imprensa da cidade para uma determinada divulgação?

O 4º Departamento de Polícia Civil de Juiz de Fora (4º DEPPC) – que compreende as Delegacias Regionais de Juiz de Fora, Ubá, Leopoldina e Muriaé, bem como suas Áreas Integradas de Segurança Pública – tem o compromisso em divulgar os fatos e informações de interesse público, com exceção daqueles que possam prejudicar o andamento das investigações.

Quais são as ferramentas de contato com os veículos de comunicação na cidade (releases, telefonemas, blogs, sites, aplicativos)?

Utilizamos releases, telefonemas, blog e o aplicativo WhatsApp para manter contato com os veículos de comunicação. É necessário destacar que sempre buscaremos o aperfeiçoamento – seguindo as diretrizes institucionais - e utilizaremos toda forma de comunicação que possa engrandecer ainda mais a qualidade do nosso trabalho, mas também facilitar a atuação dos profissionais envolvidos.

Desde quando o WhatsApp foi adotado na Assessoria local, e qual tem sido o retorno dele?

Foi adotado desde o ano passado, visando melhorar ainda mais a comunicação da Assessoria do 4º Departamento com a imprensa. A ferramenta possibilita um atendimento eficiente e eficaz, contribuindo para atender com mais praticidade as demandas dos profissionais. O WhatsApp também possibilita o aprofundamento de um tema e o esclarecimento das dúvidas dos jornalistas em minutos, quando ambos os atores envolvidos estão conectados.

De que forma o aplicativo é utilizado?

O aplicativo é utilizado com responsabilidade na divulgação de informações relacionadas às coletivas de imprensa, às atualizações de investigações, entre outras. Também funciona como um atendimento aos jornalistas com o objetivo de esclarecer dúvidas, permitindo, assim, que eles possam coletar dados de forma mais eficiente.

Qual o critério utilizado para a realização de uma coletiva na cidade?

Sempre respeitando os princípios e diretrizes que regem a nossa instituição, mas também com o foco em facilitar o trabalho dos jornalistas.

A Assessoria local armazena algum dado específico da cidade para disponibilizar à imprensa, quando necessário?

Nos que diz respeito às estatísticas criminais, os bancos de dados nos quais são armazenadas as informações estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS). Já em relação às informações sobre as ações, o 4º DEPPC tem o sítio WWW.flashpolicial4deppc.com.br, que informa a sociedade e os jornalistas sobre os acontecimentos ocorridos nas Delegacias Regionais de Juiz de Fora, Ubá, Leopoldina e Muriaé, bem como nas suas Áreas Integradas de Segurança Pública.

Há algum comportamento da imprensa local que de alguma forma prejudica o trabalho da Polícia Civil?

Construímos um diálogo aberto e transparente com os jornalistas, portanto, se, de alguma forma, houver qualquer divergência, entraremos em contato com o profissional para que a informação seja produzida e divulgada de forma precisa e correta.

